

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Enel Distribuição São Paulo

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração regulatório.....	1 a 18
Balancos regulatórios.....	19 a 20
Demonstrações dos resultados regulatórias.....	21
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....	23
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....	24
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias.....	25 a 124
Declaração dos diretores.....	125
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias...	126 a 128
Termo de responsabilidade.....	129

Relatório da Administração Regulatório - 2021

Enel Distribuição São Paulo

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

29 de abril de 2022

Relações com Investidores

<https://ri.eneldistribuicaosp.com.br> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO – 2021
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

1

PERFIL

A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.647¹ unidades consumidoras por km², o que corresponde a aproximadamente 8,5%² do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18,3 milhões de pessoas todos os dias, a Enel Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Enel Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,5 milhões de unidades consumidoras, a Enel Distribuição São Paulo, que conta com 4.441 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 162 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 44 mil quilômetros, dos quais 1.838 km são linhas de subtransmissão e 42.336 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

2

CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO

Distribuição Elétrica no Brasil

A Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à

¹ Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2018;

² Dados acumulados até dezembro de 2018, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição São Paulo é 4 de julho.

Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	3,68%
Energia Comprada	0,92%
Encargos de Transmissão	-2,26%
Parcela A	2,34%
Parcela B	9,07%
Reajuste Econômico	11,41%
CVA Total	8,14%
Mecanismos de mitigação tarifária	-10,63%
Reversão Conta Covid	-0,59%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,27%
Reajuste Financeiro	-1,81%
Reajuste Total	9,60%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-0,17%
Efeito para o consumidor	9,44%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 3,11%, representando 2,34% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.640 milhões. Um aumento de 20,48%, representando 3,68% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 42,38% do encargo com a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE;
- Energia Comprada: R\$ 7.674 milhões. O aumento de 2,07% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 0,92% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.767 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -17,7%, correspondendo a um efeito de -2,26% no reajuste econômico. Destaca-se o reflexo do reperfilamento da remuneração dos ativos não depreciados referente a Rede Básica de Sistema Existente (RBSE) nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão e as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 36,91%, representando uma participação de 9,07% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 36,65%, no período de 12 meses findos em junho de 2021; e
- Fator X de -0,25 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica ("5RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 1,05%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 304,59 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.369 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Neutralidade de Encargos Setoriais e da Parcela A de R\$ 18,80 milhões, Sobrecontratação de R\$ 114,11 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 832,64 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 98,75 milhões, um valor adiantado de devolução do crédito tributário de alteração da base de cálculo do PIS/COFINS de R\$ 1,1 bilhão e um valor de diferimento da Parcela B de R\$ 280 milhões.

O reajuste tarifário médio de +9,44% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 18,74/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 39,71/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 94,92/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

























Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro 21 a março 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio 21 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. E além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro 21 à abril 22, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras acionadas em 2020 e em 2021 são apresentadas conforme quadros abaixo:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68	DSP 1.511/20 - Suspensão do Sistema de Bandeira						DSP 3.364/20 - Reativação
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												
2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis que será ainda realizada pela ANEEL possivelmente no 1º trimestre de 2022.

Perdas Não Técnicas Regulatórias

Em 7 de dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a atualização da metodologia de reconhecimento regulatório de perdas não técnicas e receitas irrecuperáveis, que será aplicada às distribuidoras da Enel nas revisões tarifárias que serão realizadas em 2023. De forma geral, a ANEEL atualizou os modelos econométricos que definem o ranking de complexidade socioeconômico utilizado para a definição das metas de perdas não técnicas e trouxe aperfeiçoamentos nas regras de aplicação (como definição do ponto de partida e meta).

É importante ressaltar que a ANEEL manteve o tratamento diferenciado para perdas nas chamadas "Áreas de Risco", onde algumas empresas não conseguem exercer ações de combate às perdas devido aos altos índices de violência (caso da Enel Rio),

DESTAQUES NO PERÍODO

	2021	2020	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	40.883	40.277	1,5%
Receita Bruta (R\$ mil)	27.908.756	22.463.953	24,2%
Receita Líquida (R\$ mil)	18.567.381	14.367.212	29,2%
EBITDA (1) (R\$ mil)	2.269.840	2.012.122	12,8%
EBIT (2) (R\$ mil)	1.606.912	1.305.338	23,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	673.669	589.836	14,2%
CAPEX (R\$ mil)	1.573.175	962.173	63,5%
DEC (12 meses)*	6,8	7,5	-10,0%
FEC (12 meses)*	3,6	3,8	-5,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)	100,3%	98,7%	1,6 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,3%	10,6%	-0,3 p.p.
Nº de Consumidores Totais	7.580.833	7.454.050	1,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	4.441	5.848	-24,1%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	2.339	1.494	>100,0%
PMSO (3)/Consumidor	-36,4%	-25,8%	41,2%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	434	276	57,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17.475	26.962	-35,2%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	7.578.038	7.451.811	1,7%
Residencial	7.127.040	7.001.288	1,8%
Industrial	24.875	25.318	-1,7%
Comercial	406.102	404.716	0,3%
Rural	567	571	-0,7%
Setor Público	19.454	19.918	-2,3%
Cientes Livres	2.795	2.239	24,8%
Industrial	644	560	15,0%
Comercial	2.091	1.624	28,8%
Setor Público	53	48	10,4%
Cias Energéticas	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.580.833	7.454.050	1,7%

Venda de Energia na Área de Concessão³

No ano, o mercado total teve aumento de 1,7% em relação ao ano de 2020, totalizando 40.883 GWh. Esse aumento é resultado, principalmente, da retomada econômica em alguns setores da economia após o afrouxamento das medidas de combate ao Covid.

³ Não Inclui Consumo Próprio

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2021	2020	Var. %
Mercado Cativo	28.751	29.571	-2,8%
Clientes Livres	12.132	10.707	13,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	40.883	40.278	1,5%

Mercado Cativo

No ano de 2021 o mercado cativo totalizou 28.751 GWh queda de 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior devido as temperaturas menores registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa com o relaxamento das restrições da Covid-19 no segundo semestre.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2021	2020	Var. %
Residencial	16.569	16.618	-0,3%
Industrial	2.169	2.321	-6,5%
Comercial	7.836	8.505	-7,9%
Rural	30	32	-5,2%
Setor Público	2.146	2.095	2,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	28.751	29.571	-2,8%

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2021	2020	Var. %
Residencial	2.325	2.374	-2,1%
Industrial	87.199	91.674	-4,9%
Comercial	19.295	21.015	-8,2%
Rural	53.501	56.042	-4,5%
Setor Público	110.321	105.181	4,9%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	3.794	3.968	-4,4%

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 12.132 GWh em 2021, um aumento de 13,3% quando comparado a 2020, justificado pela retomada da economia e do padrão de consumo dos clientes livres da Companhia mediante a redução do padrão médio de consumo dos clientes livres industriais e comerciais verificado em 2020, resultado dos efeitos da pandemia do Covid-19 e consequente contração da atividade econômica.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2021	2020	Var. %
Industrial	5.653	5.020	12,6%
Comercial	4.881	4.133	18,1%
Setor Público	1.598	1.554	2,8%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	12.132	10.707	13,3%

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2021	2020	Var. %
Industrial	8.777	8.964	-2,1%
Comercial	2.335	2.545	-8,3%
Setor Público (3)	30.155	32.375	-6,9%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	4.341	3.831	13,3%

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2021	2020	Var. %
Itaipu	7.811	8.305	-5,9%
Leilão (3)	26.255	27.449	-4,4%
Angra 1 e 2	1.479	1.553	-4,7%
Proinfa	736	770	-4,4%
Total - Compra de Energia	36.281	38.076	-4,7%

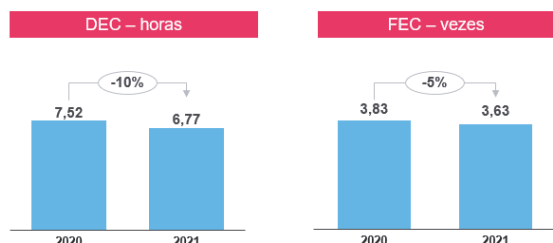
Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2021	2020	Var. %
DEC - horas (12 meses)	6,77	7,52	-10,0%
FEC - vezes (12 meses)	3,63	3,83	-5,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,34%	10,64%	-0,3 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	100,28%	98,68%	1,6 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	2.339	1.166	>100,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	434	276	57,2%
PMSO (1) / Consumidor	240,1	350,0	-31,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17.475	26.962	-35,2%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



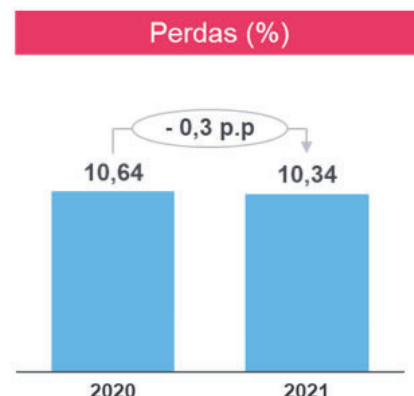
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

Em 2021, embora esses indicadores tenham sido fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos. Ao longo do ano já se observava uma melhora nos indicadores decorrente de investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo. Apesar disso, destaca-se que os indicadores de qualidade da Companhia encontram-se abaixo da meta regulatória estipulada pela ANEEL considerando os últimos doze meses até dezembro de 2021. Cabe ressaltar que em novembro de 21 atingimos o 3º melhor FEC e o 8º melhor DEC do Brasil.

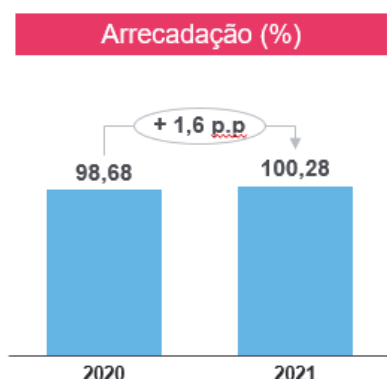
Disciplina de Mercado (Perdas)⁴

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,34%, sendo divididas entre perdas técnicas (5,13%) e não-técnicas (5,18%). Em comparação ao 4T20, as perdas totais apresentaram redução de 0,3 p.p, decorrente do aumento da indisciplina de mercado ocasionada pelo COVID19.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição; (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular; (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares, e, (iv) Redução de perdas administrativas: o objetivo dessa iniciativa é identificar as oportunidades nos processos do ciclo comercial que geram perdas de faturamento.



Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 100,28% em 2021 contra 98,68% do mesmo período do ano anterior, aumento de 1,6 p.p., devido a melhora da arrecadação com cobranças administrativas, resultado das ações adotadas pela Companhia para reduzir os níveis de inadimplência. Além disso, a Companhia tem atuado no sentido de mitigar os impactos da Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que suspendeu temporariamente os cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades consideradas essenciais. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

⁴ Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.
Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2021	2020	Var. %
Receita Operacional Bruta	27.908.756	22.463.953	24,2%
Deduções à Receita Operacional	(9.341.375)	(8.096.741)	15,4%
Receita Operacional Líquida	18.567.381	14.367.212	29,2%
Custos do Serviços e Despesas Operacionais	(16.297.541)	(12.355.090)	31,9%
EBITDA(1)	2.269.840	2.012.122	12,8%
Margem EBITDA	12,2%	14,0%	-12,7%
EBIT(2)	1.606.912	1.305.341	23,1%
Margem EBIT	8,7%	9,1%	-4,7%
Resultado Financeiro	(713.975)	(487.677)	46,4%
Impostos de Renda, Contribuição Social e Outros	(219.268)	(227.828)	-3,8%
Lucro Líquido	673.669	589.836	14,2%
Margem Líquida	3,6%	4,1%	-11,6%
Lucro por Ação (R\$/ação)	3,41	2,99	14,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: resultado do serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Receita Operacional Bruta

Em 2021, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 24,2%, ou R\$ 5,4 bilhões, em relação ao ano de 2020, totalizando R\$ 27,9 bilhões.

As principais variações são explicadas a seguir:

- I. Aumento de R\$ 2,5 bilhões em fornecimento, principalmente nos segmentos residencial e comercial, reflexo do recrudescimento da pandemia de Covid-19.
- II. Aumento de (i) R\$ 1 bilhão, líquido em ativo financeiro setorial, em função da construção de ativo regulatório no ano de 2021; (ii) 390 milhões Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente devido a sobrecontratação e reajuste de preços dos contratos de compartilhamento de infraestrutura; (iii) R\$ 314 milhões Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição – TUSD decorrente do ganho tarifário com ajuste/revisão do período.

Deduções da Receita

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 9,3 bilhões, um aumento de R\$ 1,2 bilhão, ou 13,3%, em relação ao mesmo período de 2020, sendo explicada principalmente por: (i) aumento de R\$ 217,5 milhões na rubrica de encargo CDE; (ii) aumento de R\$ 1,0 bilhão no total de tributos, em linha com o maior faturamento do exercício; e (iii) efeito positivo relacionado a CCRBT, na ordem de R\$ 1,9 bilhões, como resultado da implementação e manutenção da bandeira de escassez hídrica até 2022.

Custos e Despesas operacionais

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 16,2 bilhões nos doze meses de 2021, um aumento de R\$ 3,9 bilhões em comparação com os 2020. As principais variações são explicadas a seguir:

Custos não gerenciáveis – Parcela A

No acumulado do ano, os custos não gerenciáveis aumentaram em R\$ 3,1 bilhões, totalizando R\$ 13,5 bilhões, resultado 29,8% superior ao registrado nos doze meses de 2020. Tal variação é explicada, principalmente pelos aumentos na rubrica Energia elétrica comprada para revenda e nos encargos do uso do sistema de transmissão.

Despesas operacionais

Aumento de R\$ 794 milhões quando comparado com o mesmo período de 2020, totalizando R\$ 3,4 bilhões (R\$ 2,6 bilhões em 2020). Este resultado é reflexo, principalmente, dos efeitos a seguir descritos:

- I. Aumento de R\$ 452 milhões na rubrica em “Entidade de previdência privada”.
- II. Aumento de R\$ 315 com serviços de terceiros, em decorrência da realização de melhorias e atualizações tecnológicas e maior maior volumen de execução de atividades de manutenção da rede de distribuição.

EBITDA

A seguir a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Lucro Líquido do Período	673.669	589.836	14,2%
(+) Tributos sobre o Lucro	219.268	227.828	-3,8%
(+) Resultado Financeiro	713.975	487.677	46,4%
(=) EBIT	1.606.912	1.305.341	23,1%
(+) Depreciações e Amortizações	662.928	706.781	-6,2%
(=) EBITDA	2.269.840	2.012.122	12,8%

Em 2021, a Companhia atingiu o montante de R\$ 2,3 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 257,7 milhões em relação ao mesmo período de 2020. A margem EBITDA da Companhia no 2021 foi de 12,8%. Esse aumento é atribuído a melhora da receita operacional conforme explicado acima.

Resultado Financeiro

Em 2021 a Companhia reportou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 713,9 milhões, 46% superior ao registrado em 2020.

As principais variações registradas foram: receita de (i) R\$ 103 milhões na rubrica de Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures e (ii) 94 milhões em Variação monetária Swap – Debêntures; ambos diretamente associados à volatilidade cambial do período. O efeito foi compensado pela variação nas despesas: (i) R\$ 180 milhões em Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures, devido ao alto volume de empréstimos que vigoraram no período, (ii) R\$ 108 milhões em Variação monetária – Debêntures e (iii) R\$ 103 milhões associados a Ajuste ao valor de mercado – Debêntures; sendo os dois últimos reflexos da volatilidade cambial no período.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

A Dívida Bruta⁵ da Companhia encerrou o 4T21 em R\$ 6.838 milhões, um aumento de R\$ 1.386 milhões em relação ao 4T20. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 4.099 milhões,

⁵ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

sendo R\$ 2.449 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 1.295 milhões referentes a emissão da 25ª e 26ª emissão de debêntures e R\$ 325 milhões referentes à 7ª emissão de notas promissórias realizada para reforço de capital de giro da Companhia, somados às provisões de encargos de R\$ 318 milhões e variação monetária no período no montante de R\$ 67 milhões, referente à dívida financeira junto a Fundação CESP (Vivest) atrelada ao IGP-DI que teve forte alta no período. Esses efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de (R\$ 3.136) milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 58 milhões e registrou custos de transação das operações vigentes, líquido das apropriações do período, no montante de R\$ 18 milhões.

Em relação às liquidações realizadas no ano de 2021, destacam-se o encerramento do contrato da Fundação CESP (Vivest), no montante de R\$ 1.028 milhões em maio, as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com os bancos Tokyo, Scotiabank, BNP e Citibank realizadas em março, abril e outubro no montante de R\$ 1.203 milhões e a liquidação da 1ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 704 milhões realizada em setembro. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debêntures (23ª, 24ª e 25ª) no montante de R\$ 143 milhões.

As disponibilidades fecharam o 4T21 em R\$ 1.115 milhões, ante R\$ 2.135 milhões no 4T20, uma redução de R\$ 1.010 milhões devido principalmente ao aumento do custo de energia, efeito de maior risco hidrológico. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5.722 milhões no 4T21, um aumento de R\$ 2.405 milhões em relação ao saldo de R\$ 3.317 milhões do 4T20.

A Companhia encerrou o 4T21 com o custo médio da dívida no ano em 7,68% a.a., ou CDI + 3,08% a.a e prazo médio de pagamento de 3,6 anos, considerando o custo da operação com Fundação CESP. Desconsiderando o custo dessa operação, liquidada em maio, o custo médio da dívida da Companhia reduz para 5,16% a.a., ou CDI + 0,69% a.a.

Colchão de Liquidez⁶

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões e Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 4T21, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª e 26ª) e na 7ª emissão de notas promissórias.

² Valores não auditados pelos auditores independentes.

¹ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

² Valores não auditados pelos auditores independentes.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)	2021	2020	Var. %
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.837.725	5.452.015	25,4%
(-) Disponibilidades	(1.115.269)	(2.134.751)	-47,8%
Dívida Líquida	5.722.456	3.317.264	72,5%
EBITDA (1)	3.125.057	2.702.301	15,6%
Dívida Bruta/EBITDA	2,19	2,02	8,45%
Dívida Líquida/EBITDA	1,83	1,23	49,17%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta+PL)	0,74	0,67	10,92%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,71	0,55	28,12%

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

Rating da Companhia⁷

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's- set/2020

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2021	2020	Var. %
Manutenção	777.864	433.085	79,6%
Crescimento	481.721	322.441	49,4%
Novas Conexões	270.384	175.829	53,8%
Financiado pela Companhia	1.529.970	931.356	64,3%
Financiado pelo Cliente	43.206	30.819	40,2%
Total	1.573.175	962.174	63,5%

Em 2021, a Companhia investiu R\$ 1,6 bilhão, montante 63,5% superior ao investido em 2020, alocados, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências na rede, crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema e novas conexões. A maior variação, contudo, foi no investimento em manutenção, em um montante 79,6% superior ao registrado em 2020. Do total investido, R\$ 1,5 bilhão foram realizados com recursos próprios e R\$ 43 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

A Enel Distribuição São Paulo mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. O plano tem objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

⁷ Quadro considera ratings válidos em 31 de dezembro de 2020.

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2021, a empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrinhados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 74 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição São Paulo em 2021 beneficiaram mais de 627 mil pessoas, com um investimento de R\$ 39 milhões. Também foram gerados cerca de R\$ 1,98 milhões em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Também trocou gratuitamente cerca de 2,9 mil geladeiras e 137 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Hortas em Rede: Hortas em Rede é um projeto da Enel Distribuição São Paulo, em parceria com a ONG Cidades sem Fome, que visa utilizar as faixas sob as linhas de transmissão para implantação e desenvolvimento de hortas urbanas. O projeto, que contempla três hortas implantadas e um hortifruti na região da Zona Leste paulista, em São Mateus e Itaquera, proporciona às comunidades do entorno capacitação profissional e oportunidades de trabalho e geração de renda, por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos participantes do projeto. Em 2021 foi gerada uma renda de R\$ 316 mil aos agricultores participantes dessa iniciativa que integra o projeto Enel Compartilha Empreendedorismo. No início de 2021, o Hortas em Rede foi anunciado como ganhador anual do Inspire Deu Certo 2020, projeto de inovação da Enel. Uma consultoria contratada pela empresa mapeou, com a participação de colaboradores de diversas áreas da Enel, os principais desafios e resultados do projeto, o que resultou na publicação do Relato de Impacto do Hortas em Rede.

Coleção Energia: Em 2021 foi lançada a Coleção Energia, com um desfile no Pavilhão Social de Paraisópolis. A coleção de roupas e acessórios sustentável foi criada a partir de uniformes da Enel Brasil e da Azul Linhas Aéreas, em parceria com a ONG Costurando Sonhos. Com conceito de upcycling e economia circular, mais de cinco mil uniformes foram ressignificados e transformados em novas peças de vestuário e acessórios. Ao todo, mais de 200 pessoas participaram do evento, entre moradores da comunidade, executivos, jornalistas e influenciadoras digitais. O projeto também foi destaque na imprensa nacional e internacional. Toda a renda obtida com a comercialização das peças da Coleção Energia, que integra o projeto Enel Compartilha Empreendedorismo, é revertida para as costureiras da ONG Costurando Sonhos.

Projetos de Eficiência Energética: Foram realizadas 17 obras de Eficiência Energética por meio de Chamada Pública, totalizando R\$ 12,98 milhões em investimentos, com trocas de 73,5 Mil lâmpadas trocadas, instalação de mais de 1,3 mil placas fotovoltaicas e substituição de 173 e ar-condicionado. Instalamos árvores solares em parques, universidades, hospitais, praças e na ciclovia do Rio Pinheiros. Também realizamos a troca de 2.980 mil geladeiras e também realizamos a troca de 136 mil lâmpadas dos demais projetos de eficiência energética (clientes residenciais), totalizando 209,5 Mil lâmpadas trocadas dentro do programa de eficiência energética, com o Programa Ecoenel beneficiamos 10.503 clientes com R\$ 390 mil em bônus na conta de energia.

Smart Meter/Medidores Inteligentes: As ações de Sustentabilidade concentraram-se no primeiro semestre de 2021, nos bairros de Perus e Pirituba, como parte das ações socioeducativas do projeto Smart Meter. A Enel Distribuição São Paulo destinou US\$ 500 mil em projetos sociais e iniciativas de eficiência energética, realizou 14,6 mil diagnósticos energéticos nas residências, trocou 37.190 lâmpadas antigas por LED, além de 1.283 geladeiras ineficientes por modelos mais eficientes. Além das trocas de equipamentos, realizou ações sociais voltadas ao consumo consciente e à segurança da população. Por fim, 1,5 toneladas de alimentos não perecíveis foram doadas às regiões de ação dos líderes comunitários. Os equipamentos retirados também foram destinados para ações de circularidade.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surtem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em Conceitos e Aplicação ESG na Enel, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações

A Enel Distribuição São Paulo conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia, a 37001 em gestão antissuborno e a 55001 em gestão de ativos.

Principais premiações recebidas em 2021

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos "Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos".

8 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2021 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

9 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição do Conselho de Administração

- Guilherme Gomes Lencastre - Presidente
- Britaldo Pedrosa Soares - Vice-Presidente
- Mario Fernando de Melo Santos
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Nicola Cotugno
- Regina Lucia Strepeckes
- Ana Claudia Gonçalves Rebello
- Márcia Sandra Roque Vieira
- Gino Celen Tano

Composição da Diretoria Estatutária

- Max Xavier Lins - Diretor-Presidente
- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Administração, Finanças e Controle e Diretor de Relações com Investidores
- Vincenzo Ruocolo - Diretor de Infraestrutura e Redes
- Ana Claudia Gonçalves Rebello – Diretoria Jurídica
- Alain Rosolino – Diretor de Pessoas e Organização
- Anna Paula Hiotte Pacheco – Diretora de Regulação
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais
- Márcia Massotti Carvalho – Diretora de Sustentabilidade
- Flavia da Silva Baraúna – Diretora de Serviços
- Vago - Diretor de Compras
- Janaina Savino Vilella – Diretora de Comunicação
- Luiz Flavio Xavier de Sá – Diretor de Mercado

Relações com Investidores

- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Relações com Investidores
- Fabio Romanin - Relações com Investidores
brasil.investorrelations@enel.com

Contador Responsável

- Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2

São Paulo, 29 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 5 e 22 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p> <p>.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas	REGULATÓRIO	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.112.302	2.095.811
Investimentos de curto prazo	4	2.968	38.940
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	3.151.591	2.375.690
Contas a receber - acordos	5	363.224	414.990
Operações com instrumento derivativo	31.1	-	23.718
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		57.434	53.496
Outros tributos compensáveis	0	989.823	917.394
Almoxarifado operacional		24.319	29.481
Ativos financeiros setoriais	10	2.135.322	906.507
Despesas pagas antecipadamente		68.176	44.042
Serviços em curso		363.098	241.631
Outros ativos circulantes		577.756	260.292
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		8.846.013	7.401.992
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	24.079	24.079
Contas a receber - acordos	5	16.918	12.155
Operações com instrumento derivativo	31.1	125.116	95.656
Outros tributos compensáveis	7	5.208.206	6.177.141
Depósitos judiciais e cauções		851.972	802.277
Tributos diferidos	8.1	5.048.566	4.963.502
Ativos financeiros setoriais	10	1.313.557	680.881
Investimentos - Bens e direitos para uso futuro		36.542	42.857
Outros ativos não circulantes		62.351	80.429
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9.4	60	62
Ativo contratual (infraestrutura em construção)		-	-
Ativo financeiro da concessão		-	-
Imobilizado	9.1	11.339.388	10.818.156
Intangível	9.2	478.586	349.188
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.505.341	24.046.383
TOTAL DO ATIVO		33.351.354	31.448.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Notas	REGULATÓRIO	
		31.12.2021	31.12.2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	3.078.947	2.513.678
Empréstimos e financiamentos	14.1	44.048	1.238.230
Debêntures	14.1	761.480	722.624
Arrendamento financeiro	14.1	8.208	14.807
Subvenções governamentais		1.756	2.555
Outros tributos a pagar	13	608.834	516.114
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		576.116	60.834
Obrigações sociais e trabalhistas		118.882	117.246
Encargos setoriais	17	496.308	445.232
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	11.834	8.735
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	375.145	355.807
Provisão para processos judiciais e outros	16.1	186.090	168.917
Passivos financeiros setoriais	10	1.179.784	1.032.194
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operações com instrumento derivativo		40.459	3.000
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	814.140	781.381
Outros passivos circulantes		673.066	359.718
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		8.982.439	8.348.414
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	14.1	2.496.323	613.482
Debêntures	14.1	3.576.305	2.994.051
Arrendamento financeiro	14.1	13.820	21.679
Subvenções governamentais		904	2.660
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	6.654.672	6.688.417
Contas a pagar - acordo Eletrobras		363.777	700.833
Provisão para processos judiciais e outros	16.1	894.545	762.056
Operações com instrumento derivativo		44.224	-
Encargos setoriais	17	102.319	27.561
Passivos financeiros setoriais	10	485.355	532.303
Reserva de reversão		29.371	36.714
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		6.326.144	6.529.143
Outros passivos não circulantes		110.690	133.883
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	11	1.939.636	1.937.851
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		23.038.085	20.980.633
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	20.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	20.4	2.268.430	2.268.430
Ajustes de avaliação patrimonial	20.5	926.985	1.071.871
Outros resultados abrangentes	20.5	(4.714.864)	(4.522.116)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	20.6	870.778	759.823
Reservas de lucros		196.766	367.903
Lucros (Prejuízos) acumulados		(1.296.790)	(906.108)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.330.830	2.119.328
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.351.354	31.448.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Notas	REGULATÓRIO	
		31.12.2021	31.12.2020
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Receita	22		
Fornecimento de energia elétrica		12.708.787	9.822.103
Energia elétrica de curto prazo		697.604	142.625
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		11.771.125	10.977.384
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.913.853	849.867
Serviços cobráveis		35.950	15.502
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		518.445	490.934
Outras receitas		262.992	165.538
Tributos	22		
ICMS		(4.556.367)	(3.935.754)
PIS-PASEP		(380.142)	(308.015)
COFINS		(1.751.632)	(1.419.198)
ISS		(201)	(168)
Encargos - Parcela "A"	22		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(91.552)	(71.118)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(91.552)	(71.118)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.457.099)	(2.239.565)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(24.127)	(19.429)
Outros encargos		11.297	(32.376)
RECEITA LÍQUIDA		18.567.381	14.367.212
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(10.047.041)	(8.217.260)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(261.181)	(224.518)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(3.229.202)	(1.990.586)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.029.957	3.934.848
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	25	(670.265)	(668.835)
Entidade de previdência privada	25	(6.636)	445.749
Material		(58.927)	(83.940)
Serviços de terceiros		(924.016)	(608.804)
Arrendamento e aluguéis		(37.661)	(54.421)
Seguros		(5.085)	(7.673)
Doações, contribuições e subvenções		(8.985)	(8.524)
Custo de construção		-	-
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	(594.135)	(470.023)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(57.490)	(81.506)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(143.566)	(172.622)
(-) Recuperação de despesas		2.563	1.004
Tributos		(44.647)	(49.288)
Depreciação e amortização		(662.928)	(706.781)
Outros custos operacionais	26	(211.267)	(163.843)
RESULTADO DA ATIVIDADE		1.606.912	1.305.341
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	737.117	458.180
Despesas financeiras	27	(1.453.670)	(942.660)
Variações cambiais, líquidas	27	2.578	(3.197)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		892.937	817.664
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	8.2/28	(116.359)	-
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	8.2/28	(102.909)	(227.828)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		673.669	589.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	673.669	589.836
Outros resultados abrangentes		
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(285.793)	(2.238.426)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	18.115	28.208
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	91.011	751.474
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(24.365)	(44.570)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	8.283	15.154
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	(192.749)	(1.488.160)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	480.920	(898.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital				Reservas de lucros					
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	2.267.883	547	1.300.364	(3.033.955)	196.766	171.137	470.629	(669.610)	3.783.286
Resultado abrangente total:										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	589.836	589.836
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(2.210.218)	-	-	-	-	(2.210.218)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	751.474	-	-	-	-	751.474
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(44.570)	-	-	-	-	(44.570)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	15.154	-	-	-	-	15.154
Transações com os acionistas:										
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.200)	(36.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.300)	(195.300)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.834)	(60.834)
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	129	129
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	759.823	(759.823)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:										
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(341.961)	-	-	-	-	341.961	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	116.267	-	-	-	-	(116.267)	-
Reserva de reavaliação - Complemento da BRR - SCRTF	-	-	-	(4.240)	-	-	-	-	-	(4.240)
Imposto de renda e contribuição social sobre complemento da BRR - SCRTF	-	-	-	1.441	-	-	-	-	-	1.441
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	1.071.871	(4.522.115)	196.766	171.137	759.823	(906.108)	2.119.329
Resultado abrangente total:										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	673.669	673.669
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(267.678)	-	-	-	-	(267.678)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	91.011	-	-	-	-	91.011
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(24.365)	-	-	-	-	(24.365)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	8.283	-	-	-	-	8.283
Transações com os acionistas:										
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(171.137)	(759.823)	-	(930.960)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(241.000)	(241.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.453)	(97.453)
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	870.778	(870.778)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:										
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(219.524)	-	-	-	-	219.524	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	74.638	-	-	-	-	(74.638)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	926.985	(4.714.864)	196.766	-	870.778	(1.296.790)	1.330.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2021	31.12.2020
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	673.669	589.836
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	(25.048)	720.301
Variações monetárias	(30.524)	23.784
Variações cambiais - instrumento derivativo	(126.860)	(25.517)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	795.927	502.204
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	151.416	106.390
Atualização acordo Eletrobras	43.394	45.737
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	460.643	302.329
Juros sobre operação com instrumento derivativo	65.754	3.955
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	186.148	(49.885)
Benefícios pós-emprego	475.821	(11.126)
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(684)	(1.929)
Baixa de ativo imobilizado/intangível	841.527	165.008
Tributos e contribuições sociais diferidos	102.909	227.828
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(979.670)	(434.316)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	25.450	(21.394)
Outros tributos compensáveis	896.506	(1.902.346)
Almoxarifado	5.162	(13.651)
Serviços em curso	(121.467)	(53.103)
Contas a receber - acordos	(539.765)	(374.812)
Despesas pagas antecipadamente	(24.134)	(10.876)
Outros créditos	(278.996)	(115.527)
Ativo e passivo financeiro setorial	(1.861.491)	501.873
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	1.901.062	1.482.581
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(170.240)	2.336.448
Outros tributos a pagar	92.720	45.828
Obrigações sociais e trabalhistas	1.636	(17.108)
Encargos setoriais	134.295	32.355
Passivo financeiro setorial	100.642	47.885
Outras obrigações	282.815	113.521
	3.078.617	4.216.273
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(191.401)	(163.138)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(4.061)	(5.892)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(24.995)	(4.353)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.459)	(6.861)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(744.100)	(578.598)
Pagamento de processos judiciais e outros	(185.344)	(149.354)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(361.112)	(351.683)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(401)	(1.339)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.540.744	2.955.055
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(2.844.811)	(1.807.671)
Consumidores participação financeira	50.008	18.297
Aplicações em investimento de curto prazo	(34.885)	(80.236)
Resgates de investimento de curto prazo	71.319	49.251
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(78.617)	(15.690)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(26.835)	6.878
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.863.820)	(1.829.171)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	4.069.000	859.997
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(3.015.932)	(230.643)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(39.295)	-
Amortizações de operação com instrumento derivativo	96.173	-
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(16.242)	(23.568)
Aumento de capital	-	-
Resgate compulsório de ações	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(754.137)	(916.054)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	339.567	(310.268)
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(983.509)	815.616
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.095.811	1.289.195
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.112.302	2.095.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, o Grupo Enel providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pelo grupo. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 7. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640, a ser concedido nas faturas nas unidades consumidoras. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 16 de dezembro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 12.851, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 11.

Na mesma resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 29 de abril de 2022 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.2 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais estimativas presentes nas demonstrações contábeis regulatórias são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD); ativos fiscais diferidos; provisões para processos judiciais e outros; benefícios pós-emprego e receita não faturada.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Já os investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável: Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Numerário disponível		11.459	25.400
Numerário em trânsito	4.1	133.696	106.415
CDB-DI	4.2	967.147	1.963.996
Total		1.112.302	2.095.811

Investimentos de curto prazo

	31.12.2021	31.12.2020
CDB-DI	2.968	38.940
Total	2.968	38.940
Total geral	1.115.270	2.134.751

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). O aumento foi ocasionado principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2021, cujos montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2020.
- 4.2 Devido ao cenário hidrológico desfavorável durante o exercício de 2021, parte do caixa da Companhia foi consumido com os altos custos de compra de energia e encargos, principalmente pelo acionamento das térmicas. Importante mencionar que as variações do custo, sem cobertura tarifária são repassadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial), no próximo reajuste tarifário.

5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (Redução ao valor recuperável): Está constituída com base nas prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Os critérios utilizados atualmente pela Companhia para constituição das perdas estimadas são aqueles estabelecidos pela ANEEL sendo: (i) consumidores da classe residencial com faturas vencidas há mais de 90 dias; (ii) consumidores da classe comercial com faturas vencidas há mais de 180 dias; (iii) consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais de 360 dias. Contudo, existem casos de consumidores com débitos relevantes para os quais a Companhia efetua análise individual. A análise individual, desde que devidamente embasada, deverá sobrepor a regra geral detalhada anteriormente, para fins de eventuais registros de perda estimadas com crédito de liquidação duvidosa. Créditos de consumidores registrados nas contas a receber (revisão de fatura) não são sujeitos à estimativa de perda.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram registrados em perda são registrados a crédito na rubrica de “Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros (correntes e renegociados), conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS							Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente vencida				PECLD	Total de consumidores, revendedores e outros	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PECLD	Total de valores renegociados			
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360	mais de 360 dias			até 60 dias	mais de 60 dias	até 60 dias	mais de 60 dias					
CIRCULANTE																
Consumidores – distribuição de energia:																
Residencial	557.075	633.211	163.505	4.698	5.184	(187.468)	1.176.205	137.700	160.578	58.347	437.407	(504.381)	289.651	1.465.856	1.329.255	
Industrial	58.030	33.687	3.757	6.729	6.472	(7.075)	101.600	11.090	14.186	2.407	18.480	(26.195)	19.968	121.568	136.305	
Comercial	276.073	81.420	13.226	5.952	2.202	(9.098)	369.775	13.682	32.903	8.749	34.698	(48.769)	41.263	411.038	389.304	
Rural	275	166	55	61	-	-	557	55	161	22	62	(23)	277	834	626	
Poderes públicos	56.174	4.011	1.150	555	78	(113)	61.855	723	2.275	45	275	(621)	2.697	64.552	52.732	
Iluminação pública	20.660	602	334	340	-	-	21.936	1.701	7.229	2	12	(12)	8.932	30.868	4.761	
Serviço público	35.048	246	2	3	43	(15)	35.327	85	341	2	26	(18)	436	35.763	40.251	
Serviço cobráveis	86	360	272	3	5	-	726	-	-	-	-	-	-	726	845	
Encargos de uso da rede	3.779	-	72	-	113	-	3.964	-	-	-	-	-	-	3.964	3.823	
Fornecimento não faturado	1.224.820	-	-	-	-	-	1.224.820	-	-	-	-	-	-	1.224.820	894.754	
Participação financeira do consumidor	1.584	247	152	160	198	-	2.341	-	-	-	-	-	-	2.341	4.386	
(-) Arrecadação Processo Classif. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.452)	
Revendedores e outros:																
Energia no curto prazo - CCEE	115.990	-	-	-	-	-	115.990	-	-	-	-	-	-	115.990	-	
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	21.282	-	-	-	-	-	21.282	-	-	-	-	-	-	21.282	-	
Ressarcimento - leilões de energia	15.213	-	-	-	-	-	15.213	-	-	-	-	-	-	15.213	30.090	
TOTAL - CIRCULANTE	2.386.089	753.950	182.525	18.501	14.295	(203.769)	3.151.591	165.036	217.673	69.574	490.960	(580.019)	363.224	3.514.815	2.790.680	
NÃO CIRCULANTE																
Consumidores – distribuição de energia:																
Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	11.016	-	-	(3.531)	7.425	7.425	7.078	
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	4.243	-	-	(1.947)	2.296	2.296	963	
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	7.372	-	-	(1.204)	6.168	6.168	3.725	
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	4	-	
Poderes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	667	-	-	(7)	660	660	343	
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	234	-	-	-	234	24.313	24.106	
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	-	131	-	-	-	131	131	19	
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	23.667	-	-	(6.749)	16.918	40.997	36.234	
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	2.386.089	753.950	182.525	18.501	38.374	(203.769)	3.175.670	165.036	241.340	69.574	490.960	(586.768)	380.142	3.555.812	2.826.914	

(*) Os saldos de arrecadação em fase de processo de classificação, para fins societários, são realocados para as classes de consumo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa: A constituição é realizada pelo montante total em aberto do acordo quando a parcela mais antiga vencida atingir os prazos divulgados na nota explicativa nº 6 (conforme classe do consumidor). Os valores são revertidos quando da ocorrência de um dos seguintes eventos: (i) recebimento do valor de cada parcela negociada, sendo a reversão proporcionalmente realizada de acordo com o valor recebido e (ii) o montante amortizado for igual ou superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente com o plano, sendo a reversão total do valor ainda em aberto.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	2021	2020
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores		943.243	837.654
Subtotal		943.243	837.654
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6	(580.019)	(422.664)
Saldo líquido de PECLD		363.224	414.990
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores		23.667	15.134
Subtotal		23.667	15.134
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6	(6.749)	(2.979)
Saldo líquido de PECLD		16.918	12.155
Total circulante + não circulante		380.142	427.145

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2021
		até 90 dias	mais de 90	
Consumidores	362.776	96.236	507.898	966.910
Subtotal	362.776	96.236	507.898	966.910
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(68.350)	(40.906)	(477.512)	(586.768)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	294.426	55.330	30.386	380.142

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2020
		até 90 dias	mais de 90	
Consumidores	386.452	98.640	367.696	852.788
Subtotal	386.452	98.640	367.696	852.788
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(56.312)	(23.282)	(346.049)	(425.643)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	330.140	75.358	21.647	427.145

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2021
Consumidores	5.1	(150.977)	(402.603)	349.811	(203.769)
Contas a receber - acordos	5.2	(425.643)	(190.131)	29.006	(586.768)
Outros créditos - serviços prestados		(4.464)	(2.566)	1.640	(5.390)
Total		(581.084)	(595.300)	380.457	(795.927)
Circulante		(578.014)			(789.178)
Não circulante		(3.070)			(6.749)
Total		(581.084)			(795.927)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2020
Consumidores	5.1	(92.365)	(396.905)	338.293	(150.977)
Contas a receber - acordos	5.2	(324.022)	(101.621)	-	(425.643)
Outros créditos - serviços prestados		(1.543)	(3.678)	757	(4.464)
Total		(417.930)	(502.204)	339.050	(581.084)
Circulante		(416.213)			(578.014)
Não circulante		(1.717)			(3.070)
Total		(417.930)			(581.084)

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	2021	2020
Provisões/Reversões		(595.300)	(502.204)
Reversões		-	-
Receita com recuperação de perdas	6.1	1.165	32.181
Despesa com PECLD		(594.135)	(470.023)

6.1 Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda (critério fiscal).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Contribuição social		12.587	12.321
Imposto de renda		24.206	34.317
Imposto de renda retido na fonte		20.641	6.858
Total		57.434	53.496
Outros tributos compensáveis		31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	814.140	781.381
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		103.685	101.178
ICMS - Compra de créditos		30.945	1.500
COFINS		33.122	26.327
PIS		7.847	6.948
INSS		84	60
Total		989.823	917.394
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	5.117.610	6.107.700
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		90.596	69.441
Total		5.208.206	6.177.141
Total circulante + não circulante		6.198.029	7.094.535

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	8.2	3.111.228	2.954.506
Benefício fiscal do ágio incorporado	8.3	1.937.338	2.008.996
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		5.048.566	4.963.502

8.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanco Patrimonial		Resultado		Outros resultados	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Tributos diferidos ativos						
Provisão de benefício a empregados	2.090.193	2.121.758	(122.577)	(472.577)	91.011	761.064
Provisão para processos judiciais e outros	306.523	297.500	9.023	3.012	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	270.615	197.569	73.046	55.473	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	828.002	807.151	20.851	257.057	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	82.773	(82.773)	(82.772)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	42.584	9.469	33.115	(13.431)	-	-
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	64.814	34.101	30.713	20.450	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	14.408	-	14.408	(554)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	33.107	37.513	(4.406)	(5.376)	-	(9.590)
Arrendamento mercantil - CPC 06 - IFRS 16	2.673	(1.859)	4.532	(1.322)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	1.334	(1.334)	-	-	1.334
Outros	32.011	27.900	(4.168)	(3.550)	8.284	-
Total dos tributos diferidos ativos	3.684.930	3.615.209	(29.570)	(243.590)	99.295	752.808
Tributos diferidos passivos:						
Reavaliação regulatória	(477.539)	(553.619)	76.080	(274.871)	-	-
Reavaliação regulatória - Complemento da BRR - 5CRTF	-	1.442	(1.442)	391.137	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(48.409)	(43.630)	(4.779)	10.359	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge(derivativo)	-	-	-	-	-	13.820
Swap	(23.364)	(40.900)	17.536	(38.194)	-	-
Outros	(24.390)	(23.996)	(394)	(1.009)	(2)	-
Total dos tributos diferidos passivos	(573.702)	(660.703)	87.001	87.422	(2)	13.820
Ativo fiscal diferido, líquido	3.111.228	2.954.506				
			57.431	(156.168)	99.293	766.628
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(71.660)	(71.660)		
Juros mora (a)			(88.680)	-		
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social			(102.909)	(227.828)		

- (a) O imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2021, nos montantes de R\$ 88.680 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios e por ajustes de exercícios anteriores, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido exercício. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros moratórios em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantém vínculo contratual de qualquer espécie. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de diferido. Os detalhes da ação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 16.1 (d.2).

8.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 6 de novembro de 2019, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	2021			2020
	Ágio	Provisão	Valor	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(224.161)	147.946	(76.215)	(60.972)
Subtotal	291.409	(192.329)	99.080	114.323
Brasileira Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(133.938)	88.399	(45.539)	(36.431)
Subtotal	174.120	(114.920)	59.200	68.308
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.558
Amortização acumulada	(297.479)	194.978	(102.501)	(55.193)
Subtotal	5.852.838	(4.073.780)	1.779.058	1.826.365
Total	6.318.367	(4.381.029)	1.937.338	2.008.996

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

8.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	2021	2020
Saldo inicial	4.963.502	4.423.260
Impacto no resultado	(14.229)	(227.828)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	99.293	766.628
Saldo final	5.048.566	4.963.502

8.5 Estimativa de realização:

Uso de estimativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2021		
	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	Benefício fiscal do ágio incorporado	Total
2022	531.422	71.658	603.080
2023	2.213.657	71.658	2.285.315
2024	141.259	71.658	212.917
2025	145.153	71.658	216.812
2026	183.262	71.658	254.921
2027 em diante	470.178	1.579.046	2.049.224
	3.684.931	1.937.338	5.622.269

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

9. Imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas a concessão

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em outubro de 2018, foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, devido a mudança do acionista controlador.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

Bens vinculados à concessão: De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, registrada em determinação à Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação (nota explicativa nº 10.4) estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução 674/15 Manual de Controle Patrimonial vigente emitida pelo Órgão Regulador.

A reavaliação regulatória compulsória é valorada de acordo com o laudo da base de remuneração regulatória elaborado pela Companhia e homologado pela ANEEL na ocasião da Revisão Tarifária Ordinária. O valor contabilizado foi apurado pela diferença entre o valor contábil e o valor novo de reposição (VNR) do ativo imobilizado em serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e índices de aproveitamento, em decorrência do 5º ciclo de Revisão Tarifária da Companhia, ocorrido em julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reavaliação regulatória compulsória registrada, correspondente ao 5º ciclo de Revisão Tarifária, é de R\$ 1.624.048 (R\$ 1.970.249 em 31 de dezembro de 2019). A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de aquisição do imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 30,26% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (4,52% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sobre os ativos imobilizados qualificáveis.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada. A Companhia efetua o teste anualmente para o ativo imobilizado.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O teste de recuperação dos ativos da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil nas datas das avaliações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 A composição e movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2021	Valor líquido em 31.12.2020
Ativo Imobilizado em Serviço									
Distribuição	25.393.209	7.696	(812.947)	933.281	25.521.239	128.030	(15.430.065)	10.091.175	9.985.891
Terrenos	514.776	-	(914)	647	514.509	(267)	-	514.509	514.776
Edifícios, obras civis e benfeitorias	644.055	-	(854)	6.187	649.388	5.333	(445.932)	203.456	211.973
Máquinas e equipamentos	24.008.901	7.696	(804.716)	923.837	24.135.718	126.817	(14.782.567)	9.353.152	9.228.397
Veículos	197.171	-	(6.406)	2.602	193.367	(3.804)	(173.544)	19.823	24.836
Móveis e utensílios	28.306	-	(57)	8	28.257	(49)	(28.022)	235	5.909
Administração	262.276	-	(10.629)	14.030	265.677	3.400	(159.868)	105.809	110.332
Terrenos	710	-	-	-	710	-	-	710	710
Edifícios, obras civis e benfeitorias	98.835	-	(7.485)	1.868	93.218	(5.617)	(52.746)	40.472	45.955
Máquinas e equipamentos	125.847	-	(586)	11.889	137.150	11.303	(82.351)	54.799	51.879
Veículos	2.584	-	-	140	2.724	140	(1.320)	1.404	1.478
Móveis e utensílios	34.300	-	(2.558)	133	31.875	(2.425)	(23.451)	8.424	10.310
Subtotal	25.655.485	7.696	(823.576)	947.311	25.786.916	131.430	(15.589.933)	10.196.984	10.096.223
Ativo Imobilizado em Curso									
Distribuição	662.079	1.296.375	-	(935.541)	1.022.913	360.834	-	1.022.913	662.079
Máquinas e equipamentos	355.341	1.112.464	-	(925.132)	542.673	187.332	-	542.673	355.341
Estoque	289.172	170.984	-	-	460.156	170.984	-	460.156	289.172
Terrenos	219	6.834	-	(647)	6.406	6.187	-	6.406	219
Edificações	13.801	6.074	-	(7.111)	12.764	(1.037)	-	12.764	13.801
Veículos	2.921	(5)	-	(2.602)	314	(2.607)	-	314	2.921
Móveis e utensílios	625	24	-	(49)	600	(25)	-	600	625
Administração	59.753	95.382	-	(35.644)	119.491	59.738	-	119.491	59.753
Máquinas e equipamentos	52.512	42.147	-	(29.206)	65.453	12.941	-	65.453	52.512
Outros	7.241	53.235	-	(6.438)	54.038	46.797	-	54.038	7.241
Subtotal	721.832	1.391.757	-	(971.185)	1.142.404	420.572	-	1.142.404	721.832
Total do Ativo Imobilizado	26.377.317	1.399.453	(823.576)	(23.874)	26.929.320	552.002	(15.589.933)	11.339.388	10.818.055

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta a movimentação da depreciação acumulada do imobilizado:

Valor DA Acum 31.12.2020	Adição	Adição Leasing	Baixa COC	Baixa Reavaliação	Valor DA Acum 31.12.2021
(15.407.318)	(722.735)	(30.328)	242.318	474.387	(15.443.676)
-	-	-	-	-	-
(432.082)	(12.916)	(1.142)	47	161	(445.932)
(14.780.504)	(707.815)	(4.337)	238.655	471.434	(14.782.567)
(172.335)	(1.550)	(19.151)	3.611	2.792	(186.633)
(22.397)	(454)	(5.698)	5	0	(28.544)
(151.944)	(12.130)	-	3.365	841	(159.868)
-	-	-	-	-	-
(52.880)	(1.940)	-	1.521	553	(52.746)
(73.968)	(8.673)	-	242	48	(82.351)
(1.106)	(214)	-	-	-	(1.320)
(23.990)	(1.303)	-	1.602	240	(23.451)
(15.559.262)	(734.865)	(30.328)	245.683	475.228	(15.603.544)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2020	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo Imobilizado em Serviço										
Distribuição	26.989.567	3.637	(2.348.953)	738.942	10.016	25.393.209	(1.606.374)	(15.407.318)	9.985.891	10.163.798
Terrenos	514.895	-	(128)	9	-	514.776	(119)	-	514.776	514.895
Edifícios, obras civis e benfeitorias	637.881	-	(59)	6.233	-	644.055	6.174	(432.082)	211.973	221.325
Máquinas e equipamentos	25.613.153	3.637	(2.347.555)	729.650	10.016	24.008.901	(1.614.268)	(14.780.504)	9.228.397	9.380.674
Veículos	196.576	-	(1.211)	1.806	-	197.171	595	(172.335)	24.836	40.191
Móveis e utensílios	27.062	-	-	1.244	-	28.306	1.244	(22.397)	5.909	6.713
Administração	250.577	-	-	11.699	-	262.276	11.699	(151.944)	110.332	110.469
Terrenos	710	-	-	-	-	710	-	-	710	710
Edifícios, obras civis e benfeitorias	98.835	-	-	-	-	98.835	-	(52.880)	45.955	48.010
Máquinas e equipamentos	114.997	-	-	10.850	-	125.847	10.850	(73.968)	51.879	49.228
Veículos	2.270	-	-	314	-	2.584	314	(1.106)	1.478	1.359
Móveis e utensílios	33.765	-	-	535	-	34.300	535	(23.990)	10.310	11.163
Subtotal	27.240.144	3.637	(2.348.953)	750.641	10.016	25.655.485	(1.594.675)	(15.559.262)	10.096.223	10.274.267
Ativo Imobilizado em Curso										
Distribuição	552.499	840.380	-	(730.800)	-	662.079	109.580	-	662.079	552.499
Máquinas e equipamentos	312.989	764.631	-	(722.279)	-	355.341	42.352	-	355.341	312.989
Estoque	225.115	64.057	-	-	-	289.172	64.057	-	289.172	225.115
Terrenos	219	-	-	-	-	219	-	-	219	219
Edificações	9.386	9.585	-	(5.170)	-	13.801	4.415	-	13.801	9.386
Veículos	2.981	2.020	-	(2.080)	-	2.921	(60)	-	2.921	2.981
Móveis e utensílios	1.809	87	-	(1.271)	-	625	(1.184)	-	625	1.809
Administração	26.914	52.200	-	(19.361)	-	59.753	32.839	-	59.753	26.914
Máquinas e equipamentos	24.891	45.113	-	(17.492)	-	52.512	27.621	-	52.512	24.891
Outros	2.023	7.087	-	(1.869)	-	7.241	5.218	-	7.241	2.023
Subtotal	579.413	892.580	-	(750.161)	-	721.832	142.419	-	721.832	579.413
Total do Ativo Imobilizado	27.819.557	896.217	(2.348.953)	480	10.016	26.377.317	(1.452.256)	(15.559.262)	10.818.055	10.853.680

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 A composição e movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2021	Valor líquido em 31.12.2020
Ativo Intangível em Serviço									
<u>Distribuição</u>	604.572	-	(832)	2.140	605.880	1.308	(496.142)	109.738	114.982
Servidões	101.004	-	-	73	101.077	73	-	101.077	101.004
Softwares	503.568	-	(832)	2.067	504.803	1.235	(496.142)	8.661	13.978
<u>Administração</u>	490.662	-	(10.803)	139.361	619.220	128.558	(419.805)	199.415	134.783
Softwares	387.187	-	(10.677)	19.833	396.343	9.156	(348.874)	47.469	62.948
Outros	103.475	-	(126)	119.528	222.877	119.402	(70.931)	151.946	71.835
<u>Subtotal</u>	1.095.234	-	(11.635)	141.501	1.225.100	129.866	(915.947)	309.153	249.765
Ativo Intangível em Curso									
<u>Distribuição</u>	3.291	16.236	-	(1.204)	18.323	15.032	-	18.323	3.291
Servidões	325	968	-	(73)	1.220	895	-	1.220	325
Software	2.966	15.268	-	(1.131)	17.103	14.137	-	17.103	2.966
<u>Administração</u>	96.233	171.300	-	(116.423)	151.110	54.877	-	151.110	96.233
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	96.233	171.300	-	(116.423)	151.110	54.877	-	151.110	96.233
<u>Subtotal</u>	99.524	187.536	-	(117.627)	169.433	69.909	-	169.433	99.524
<u>Total do Ativo Intangível</u>	1.194.758	187.536	(11.635)	23.874	1.394.533	199.775	(915.947)	478.586	349.289

A seguir apresentamos a movimentação da amortização acumulada:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor líquido em 31.12.2020	Adição	Baixa COC	Baixa Reavaliação	Valor DA Acum 31.12.2021
(489.590)	(7.384)	474	358	(496.142)
-	-	-	-	-
(489.590)	(7.384)	474	358	(496.142)
(355.879)	(74.635)	9.947	762	(419.805)
(324.239)	(35.313)	9.916	762	(348.874)
(31.640)	(39.322)	31	-	(70.931)
(845.469)	(82.019)	10.421	1.120	(915.947)

	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2020	Valor líquido em 31.12.2019
Ativo Intangível em Serviço											
Distribuição	602.783	-	8.217	1.616	(8.044)	-	604.572	9.833	(489.590)	114.982	121.624
Serviços	87.968	-	6	-	13.030	-	101.004	6	-	101.004	87.968
Softwares	514.815	-	8.211	1.616	(21.074)	-	503.568	9.827	(489.590)	13.978	33.656
Administração	434.953	-	(33.046)	65.542	23.213	-	490.662	32.496	(355.879)	134.783	135.478
Softwares	350.339	-	(23.213)	35.826	23.213	1.022	387.187	13.635	(324.239)	62.948	62.956
Outros	84.614	-	(9.833)	29.716	-	(1.022)	103.475	18.861	(31.640)	71.835	72.522
Subtotal	1.037.736	-	(24.829)	67.158	15.169	-	1.095.234	42.329	(845.469)	249.765	257.102
Ativo Intangível em Curso											
Distribuição	2.574	1.432	-	(715)	-	-	3.291	717	-	3.291	2.574
Serviços	230	104	-	(9)	-	-	325	95	-	325	230
Software	2.344	1.328	-	(706)	-	-	2.966	622	-	2.966	2.344
Administração	52.566	110.590	-	(66.923)	-	-	96.233	43.667	-	96.233	52.566
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	52.566	110.590	-	(66.923)	-	-	96.233	43.667	-	96.233	52.566
Subtotal	55.140	112.022	-	(67.638)	-	-	99.524	44.384	-	99.524	55.140
Total do Ativo Intangível	1.092.876	112.022	(24.829)	(480)	15.169	-	1.194.758	86.713	(845.469)	349.289	312.242

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 A composição e movimentação da conta “Máquinas e equipamentos” da atividade de distribuição é como segue:

Nota	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto						
Distribuição:	24.008.917	7.696	(804.715)	923.837	24.135.735	126.818
Transformador de distribuição	2.236.098	-	(62.797)	117.880	2.291.181	55.083
Medidor	1.386.989	-	(119.767)	168.219	1.435.441	48.452
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	10.134.050	-	(225.759)	476.748	10.385.039	250.989
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.553.209	-	(72.051)	54.352	2.535.510	(17.699)
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	46.228	-	(5.679)	5.600	46.149	(79)
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.987.348	-	(287.054)	70.885	2.771.179	(216.169)
Demais máquinas e equipamentos	4.664.995	7.696	(31.608)	30.153	4.671.236	6.241
9.3.1						
Obrigações Especiais do AIS Bruto						
	(3.256.865)	-	-	(77.974)	(3.334.839)	(77.974)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.285.968)	-	-	(67.446)	(1.353.414)	(67.446)
Outros	(1.970.897)	-	-	(10.528)	(1.981.425)	(10.528)
Originadas da Receita:	(1.970.897)	-	-	(10.528)	(1.981.425)	(10.528)
Untrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.608.855)	-	-	(10.528)	(1.619.383)	(10.528)
9.3.2						

Nota	Valor bruto em 31.12.2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31.12.2020	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto							
Distribuição:	25.613.153	3.636	(2.337.538)	729.650	10.016	24.018.917	(1.604.252)
Transformador de distribuição	2.216.860	-	(71.063)	90.301	-	2.236.098	19.238
Medidor	1.358.551	-	(58.311)	86.749	-	1.386.989	28.438
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	10.417.493	-	(756.473)	473.030	-	10.134.050	(283.443)
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.533.602	-	(67)	19.674	-	2.553.209	19.607
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	46.228	-	-	-	-	46.228	-
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.968.591	-	(6.000)	24.757	-	2.987.348	18.757
Demais máquinas e equipamentos	6.071.828	3.636	(1.445.624)	35.139	10.016	4.674.995	(1.406.849)
9.3.1							
Obrigações Especiais do AIS Bruto							
	(3.202.385)	-	-	(54.479)	-	(3.256.865)	(54.480)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.240.580)	-	-	(45.388)	-	(1.285.968)	(45.388)
Outros	(1.961.805)	-	-	(9.091)	-	(1.970.897)	(9.092)
Originadas da Receita:	(1.961.805)	-	-	(9.091)	-	(1.970.897)	(9.092)
Untrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.599.763)	-	-	(9.092)	-	(1.608.855)	(9.092)
9.3.2							

9.3.1 O montante de R\$ 7.696 e R\$ 3.637 adicionado diretamente no ativo imobilizado em serviço refere-se ao ajuste a valor presente sobre os créditos de ICMS originados nas compras para o ativo imobilizado.

9.3.2 Do montante de R\$ 1.619.383 (R\$ 1.608.855 em 31 de dezembro de 2020) identificado como “Outros”, R\$ 1.495.594 refere-se a reavaliações de obrigações especiais registradas em exercícios anteriores.

9.4 A composição do custo histórico e reavaliação do imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas à concessão é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021		2020
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço:				
Distribuição	3,83%	26.219.269	(15.956.727)	10.262.542
Custo histórico		15.525.715	(7.172.640)	7.918.837
Reavaliação		10.693.554	(8.784.087)	2.182.035
Administração	4,64%	885.194	(579.672)	305.522
Custo histórico		755.758	(473.075)	282.683
Reavaliação		129.436	(106.597)	22.839
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	26,09%	4.654	(4.594)	60
Custo histórico		4.654	(4.594)	60
Total em serviço		27.109.117	(16.540.993)	10.568.124
Em curso:				
Distribuição		1.041.233	-	1.041.233
Administração		270.602	-	270.602
Total em curso		1.311.835	-	1.311.835
Total: em serviço + em curso		28.420.952	(16.540.993)	11.879.959

9.5 A composição das adições nos exercícios, por tipo de gastos capitalizado, foi como segue:

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Valor bruto em 31.12.2021
Em curso					
Terrenos	2.977	2.841	891	126	6.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.760	19.811	6.210	879	47.660
Máquinas e equipamentos	502.939	479.930	150.448	21.293	1.154.610
Móveis e utensílios	3.569	3.406	1.068	151	8.194
Transformação, fabricação e reparo de materiais	19.087	-	-	-	19.087
Material em depósito	151.749	-	-	-	151.749
Compras em andamento	147	-	-	-	147
Outros	83.202	79.397	24.889	3.523	191.011
Total do imobilizado em curso	784.430	585.385	183.506	25.972	1.579.293

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Valor bruto em 31.12.2020
Em curso					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.472	6.879	(115)	140	9.376
Máquinas e equipamentos	435.295	266.170	108.524	3.007	812.996
Móveis e utensílios	408	9	-	(2)	415
Transformação, fabricação e reparo de materiais	393	-	-	-	393
Material em depósito	68.047	-	-	-	68.047
Compras em andamento	(3.488)	-	-	-	(3.488)
Outros	13.892	95.894	7.069	8	116.863
Total do imobilizado em curso	517.019	368.952	115.478	3.153	1.004.602

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	MED ELETRÔNICO ENER TRIF/TRIP REDE CEL S/MOD S/MOD	31.754
2.	CONDUTOR AL ISOLADO-XLPE 1200MM² MONOF	13.218
3.	CONDUTO PE CORRUG. ALTA DENSIDADE 1 DUTO 150MM	7.340
4.	CONDUTOR CU ISOLADO-EPR 3X1X500MM² TRIF	6.534
5.	BANCO DUTOS MND 3 DUTOS PLAST 200MM	5.884
6.	CONDUTOR CU ISOLADO-EPR 3X1X500MM² TRIF	5.063
7.	SIST.VIG.ELETRONICA CONTROLE DE ACESSO	4.388
8.	TRAFO FORÇA 138KV 13,8 KV 60MVA TRIF COM COMUT	4.354
9.	TRAFO FORÇA 34,5KV 13,8KV 25MVA TRIF COM COMUT	3.203
10.	TRAFO FORÇA 138KV 13,8 KV 60MVA TRIF COM COMUT	2.525

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	SISTEMA RADIO COMUNICACAO	(4.191)
2.	CABO COAXIAL > A 7,8	(3.421)
3.	EDIFICAÇÃO OUTRAS BENFETORIA PREDIO 3º	(2.930)
4.	EDIFICAÇÃO OUTRAS BENFETORIA PREDIO 3º	(2.482)
5.	CUBICULO ENTRADA E SAIDA DE CIRCUITO	(1.949)
6.	TRAFO FORÇA 88KV 13,8KV 20MVA TRIF COM COMUT	(1.912)
7.	SISTEMA RADIO COMUNICACAO	(1.409)
8.	TRAFO FORÇA 138KV 13,8 KV 60MVA TRIF COM COMUT	(1.155)
9.	ESTRUTURA SUP PARA BARRAMENTO CONCRETO	(838)
10.	TRAFO FORÇA 88KV 19,053 KV 12,5MVA TRIF SEM COMUT	(807)

As cinco principais adições (pelo critério de valor) ao intangível em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	SOFTWARE DESENVOLVIMENTO - M&F eOrder (Maintenance)	8.430
2.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Evolutivos Negócio	5.570
3.	LICENÇA DE USO - LICENÇA SAP SINGLE METRICS/20	5.291
4.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Célula Cobrança 2020	4.760
5.	SOFTWARE (IMPLEMENTOS) - GDS MKT - Célula Atend. SAPCRM 2020	3.066

10. Ativo e passivo regulatório

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios (ativos e passivos financeiros setoriais) tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldo em 31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos Financeiros Setoriais											
CVA Ativa	1.319.875	2.773.300	(787.837)	(1.542.590)	80.165	735.773	2.578.686	1.867.747	710.939	1.645.554	933.132
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	169.543	563.612	(632.665)	(1.320.396)	50.674	1.845.854	676.622	25.479	651.143	663.882	12.740
Custos de energia de Itaipu	940.114	1.009.189	-	-	23.385	(1.193.652)	779.036	779.036	-	389.518	389.518
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	765	27.596	(13.673)	-	1.092	(1.221)	14.559	453	14.106	14.332	227
Transporte de energia pela rede básica	1.068	22.479	(4.410)	-	526	45.587	65.250	65.644	(394)	33.406	31.844
Transporte de energia elétrica - Itaipu	17.570	27.034	(14.418)	-	1.086	2.642	33.914	18.739	15.175	24.544	9.370
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	154.300	1.142.973	(54.849)	(222.194)	325	(34.658)	985.897	978.396	7.501	496.464	489.433
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	(19.583)	(67.822)	-	3.077	71.221	23.408	-	23.408	23.408	-
Demais ativos financeiros setoriais	267.513	805.428	(196.673)	(28.230)	2.399	19.756	870.193	788.990	81.203	489.768	380.425
Neutralidade da Parcela A	58.414	7.399	(58.812)	-	1.046	16.618	24.665	25.995	(1.330)	12.332	12.333
Sobrecontratação de energia	169.493	66.474	(96.525)	(28.230)	1.319	196	112.727	6.121	106.606	110.166	2.561
Antecipação da parcela B	-	140.000	-	-	-	-	140.000	140.000	-	70.000	70.000
Outros	39.606	591.555	(41.336)	-	34	2.942	592.801	618.874	(24.073)	297.270	295.531
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.587.388	3.578.728	(984.510)	(1.570.820)	82.564	755.529	3.448.879	2.656.737	792.142	2.135.322	1.313.557

Nota	Saldo em 31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais											
CVA Passiva	447.100	(1.467.059)	(148.206)	666.725	(8.190)	736.167	226.537	228.022	(1.485)	120.875	105.662
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	355.365	(1.409.509)	(121.644)	632.538	(8.078)	665.225	113.897	113.897	-	64.555	49.342
Custos de energia de Itaipu	48.752	(35.366)	-	-	80	(13.466)	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.535	-	3.835	-	(206)	(3.164)	-	-	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	17.621	(53.399)	(8.662)	-	(1.146)	45.586	-	1.956	(1.956)	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	2.860	-	(5.239)	-	(262)	2.641	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	16.967	-	(16.496)	34.187	-	(34.658)	-	(471)	471	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	31.215	-	-	1.422	80.003	112.640	112.640	-	56.320	56.320
Demais passivos financeiros setoriais	1.117.397	1.096.319	(846.919)	-	52.446	19.359	1.438.602	944.868	493.734	1.058.909	379.693
Neutralidade da Parcela A	13.794	(7.119)	(11.608)	-	700	16.220	11.987	1.328	10.659	11.987	-
Sobrecontratação de energia	62.783	(197)	(62.783)	-	-	197	-	997	(997)	-	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	182.119	-	(72.847)	-	-	-	109.272	-	109.272	292.843	(183.571)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	131.769	70.100	-	-	7.927	-	209.796	209.796	-	-	209.796
Risco hidrológico - Outros	681.468	783.730	(680.889)	-	13.028	-	797.337	410.804	386.533	591.935	205.402
Outros	45.464	249.805	(18.792)	-	30.791	2.942	310.210	321.943	(11.733)	162.144	148.066
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.564.497	(370.740)	(995.125)	666.725	44.256	755.526	1.665.139	1.172.890	492.249	1.179.784	485.355



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
(Enel Distribuição São Paulo)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Saldo em 31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Empréstimo COVID	Saldo em 31.12.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos Financeiros Setoriais													
CVA Ativa		1.952.936	1.639.708	(1.131.127)	(109.479)	37.748	609.965	(1.679.876)	1.319.875	1.192.269	127.606	723.740	596.135
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)		1.172.475	84.282	(864.528)	(98.020)	15.258	1.284.736	(1.424.660)	169.543	117.107	52.436	110.989	58.554
Custos de energia de Itaipu	10.1	455.850	1.263.786	-	-	13.790	(793.312)	-	940.114	940.114	-	470.057	470.057
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		13.945	-	(12.987)	-	151	(344)	-	765	-	765	765	-
Transporte de energia pela rede básica		92.440	10.775	(35.188)	-	1.672	7.660	(76.291)	1.068	-	1.068	1.068	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu		25.644	22.833	(10.508)	-	492	5.248	(26.139)	17.570	16.912	658	9.114	8.456
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		-	89.183	(29.839)	(11.459)	438	105.977	-	154.300	113.898	40.402	97.351	56.949
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		192.582	168.849	(178.077)	-	5.947	-	(152.786)	36.515	4.238	32.277	34.396	2.119
Demais ativos financeiros setoriais		136.325	269.910	(141.241)	(28.528)	11.107	140.731	(120.791)	267.513	169.493	98.020	182.767	84.746
Neutralidade da Parcela A		37.152	171.489	(56.557)	-	2.008	3.788	(99.466)	58.414	-	58.414	58.414	-
Sobrecontratação de energia		-	80.712	-	(28.528)	1.691	136.943	(21.325)	169.493	169.493	-	84.747	84.746
Outros		99.173	17.709	(84.684)	-	7.408	-	-	39.606	-	39.606	39.606	-
Total Ativos Financeiros Setoriais		2.089.261	1.909.618	(1.272.368)	(138.007)	48.855	750.696	(1.800.667)	1.587.388	1.361.762	225.626	906.507	680.881

	Nota	Saldo em 31.12.2019	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Empréstimo COVID	Saldo em 31.12.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais													
CVA Passiva		401.693	191.818	(479.969)	147.707	12.881	609.965	(436.995)	447.100	191.614	255.486	366.338	80.762
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)		11.642	(89.704)	(201.295)	144.747	5.061	484.914	-	355.365	125.514	229.851	307.653	47.712
Custos de energia de Itaipu	10.1	-	42.118	-	-	124	6.510	-	48.752	48.752	-	24.376	24.376
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		-	37.928	(5.070)	-	545	(344)	(27.524)	5.535	608	4.927	5.231	304
Transporte de energia pela rede básica		78	9.737	(10)	-	156	7.660	-	17.621	16.740	881	9.251	8.370
Transporte de energia elétrica - Itaipu		-	-	(2.379)	-	32	5.207	-	2.860	-	2.860	2.860	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		389.823	191.739	(271.065)	2.960	6.963	106.018	(409.471)	16.967	-	16.967	16.967	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		150	-	(150)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais		1.114.919	569.297	(747.736)	-	14.626	140.731	25.560	1.117.397	552.769	564.628	665.856	451.541
Neutralidade da Parcela A		2.390	9.843	(2.391)	-	164	3.788	-	13.794	13.794	-	6.897	6.897
Sobrecontratação de energia		258.568	(158.273)	(176.712)	-	2.257	136.943	-	62.783	-	62.783	62.783	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		254.967	-	(72.848)	-	-	-	-	182.119	-	182.119	72.847	109.272
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP		64.736	64.444	-	-	2.589	-	-	131.769	131.769	-	-	131.769
Risco hidrológico - Outros		500.361	664.855	(492.878)	-	9.130	-	-	681.468	387.527	293.941	487.705	193.763
Outros		33.897	(11.572)	(2.907)	-	486	-	25.560	45.464	19.679	25.785	35.624	9.840
Total Passivos Financeiros Setoriais		1.516.612	761.115	(1.227.705)	147.707	27.507	750.696	(411.435)	1.564.497	744.383	820.114	1.032.194	532.303

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 10.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5,38, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

11. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. A composição destas obrigações é a seguinte:

Depreciação Taxa média anual (%)	2021		2020	
	Custo histórico	Total	Custo histórico	Total
Em serviço	(3.334.837)	(3.334.837)	(3.256.865)	(3.256.865)
Participação da União, Estados e Municípios	3,84	(44.040)	(43.847)	(43.847)
Participação Financeira do Consumidor	3,84	(1.155.599)	(1.088.347)	(1.088.347)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,84	(51.828)	(51.828)	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,84	(32.470)	(32.470)	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84	(69.476)	(69.476)	(69.476)
Outros		(1.981.424)	(1.970.897)	(1.970.897)
Ultrapassagem de demanda	3,84	(102.237)	(102.237)	(102.237)
Excedente de reativos	3,84	(259.805)	(259.805)	(259.805)
Outros	3,84	(1.619.382)	(1.608.855)	(1.608.855)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.587.381	1.587.381	1.461.185	1.461.185
Participação da União, Estados e Municípios	3,84	16.326	14.639	14.639
Participação Financeira do Consumidor	3,84	417.008	375.892	375.892
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,84	29.429	27.439	27.439
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,84	14.195	12.948	12.948
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84	21.577	18.909	18.909
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	3,84	102.756	88.853	88.853
Outros	3,84	986.090	922.505	922.505
Em curso	(192.179)	(192.179)	(142.171)	(142.171)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.237)	(534)	(534)
Participação Financeira do Consumidor		(190.942)	(141.637)	(141.637)
Total	(1.939.636)	(1.939.636)	(1.937.851)	(1.937.851)

A movimentação ocorrida nos exercícios pode assim ser resumida:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31.12.2019	Adição	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2020	Adição	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço	(3.202.385)	-	(54.480)	(3.256.863)	-	(77.974)	(3.334.837)
Participação da União, Estados e Municípios	(43.536)	-	(311)	(43.847)	-	(193)	(44.040)
Participação Financeira do Consumidor	(1.043.270)	-	(45.077)	(1.088.347)	-	(67.252)	(1.155.599)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(51.828)	-	-	(51.828)	-	-	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(32.470)	-	-	(32.470)	-	-	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	(69.476)	-	-	(69.476)	-	-	(69.476)
Outros	(1.961.805)	-	(9.092)	(1.970.896)	-	(10.528)	(1.981.424)
Ultrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	(102.237)	-	-	(102.237)
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	(259.805)	-	-	(259.805)
Outros	(1.599.763)	-	(9.092)	(1.608.854)	-	(10.528)	(1.619.382)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.337.461	123.724	-	1.461.185	126.195	-	1.587.380
Participação da União, Estados e Municípios	12.961	1.678	-	14.639	1.687	-	16.326
Participação Financeira do Consumidor	336.913	38.979	-	375.891	41.116	-	417.008
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	25.449	1.990	-	27.439	1.990	-	29.429
Programa de Eficiência Energética - PEE	11.701	1.247	-	12.948	1.247	-	14.195
Pesquisa e Desenvolvimento	16.241	2.668	-	18.909	2.668	-	21.577
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	74.951	13.902	-	88.853	13.902	-	102.756
Outros	859.245	63.260	-	922.505	63.585	-	986.090
Em curso	(123.874)	(72.777)	54.480	(142.172)	(127.981)	77.974	(192.179)
Participação da União, Estados e Municípios	(777)	(68)	311	(534)	(896)	193	(1.237)
Participação Financeira do Consumidor	(123.097)	(63.617)	45.077	(141.638)	(116.557)	67.252	(190.942)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(9.092)	9.092	-	(10.528)	10.528	0
Outros	-	(9.092)	9.092	-	(10.528)	10.528	0
Total	(1.988.798)	50.947	-	(1.937.851)	(1.786)	-	(1.939.636)

As dez principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Dez/21	14.928
2.	Transf Incorporação de Rede AIC - AIS Dez 21	10.528
3.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jul/21	10.341
4.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Nov/21	6.353
5.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Abr/21	4.912
6.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jun/21	3.908
7.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jun/21	3.347
8.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Abr/21	3.232
9.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mai/21	2.929
10.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mar/21	2.751

12. Fornecedores

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Itaipu		610.796	611.031
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	-	481.984
Suprimento de energia elétrica		773.827	612.558
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	4.004	3.563
Energia livre		65.121	62.380
Encargos de uso de rede elétrica	12.2	809.953	348.766
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.255	1.209
Total energia		2.264.956	2.121.491
Matérias e serviços		693.412	308.281
Matérias e serviços - partes relacionadas	29.1	120.579	83.906
Total Fornecedores		3.078.947	2.513.678

- 12.1 O aumento do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 12.2 O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.

13. Tributos a pagar

Outros tributos a pagar:

Circulante

Tributos Federais

PIS	13.420	10.408
COFINS	62.221	47.942
INSS	11.885	9.258
IRRF	4.876	950
Outros	6.669	7.033
Subtotal - Federais	99.071	75.591

Tributos Estaduais

ICMS	506.140	439.306
Subtotal - Estaduais	506.140	439.306

Tributos Municipais

ISS	3.623	1.217
Subtotal - Municipais	3.623	1.217
Total - Outros tributos a pagar	608.834	516.114

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

14.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debentures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma, conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico:

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente ?	Data captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pago juros	Frequência pago juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sistemática amortização
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	77.079	736.657	6.086.448	6.900.184											
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	32.965	696.209	697.227	1426.401	Sim	set-2018	Aval/Fiança	CDI	11% do CDI	mar-21	Semestral	mar-22	set-23	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	8.150	-	693.366	701.516	Sim	jun-2019	Aval/Fiança	CDI	CDI+0,80%	mai-21	Semestral	mai-24	mai-25	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.840	-	888.684	893.524	Sim	jun-2019	Aval/Fiança	IPCA	IPCA + 4,0134%	mar-21	Semestral	mai-26	mai-26	Única	Bullet
Debêntures - 25ª Emissão	6.817	-	722.733	729.550	Sim	abr-2021	Aval/Fiança	IPCA	IPCA + 4,26%	out-21	Semestral	abr-23	abr-31	Anual	SAC
Debêntures - 26ª Emissão	12.622	(121)	574.294	586.795	Sim	out-2021	Aval/Fiança	CDI	CDI + 1,64% a.a.	out-22	Anual	out-27	out-28	Anual	SAC
Total Debêntures - moeda nacional	65.394	696.088	3.576.304	4.337.786											
FINEP 2ª protocolo	64	12.870	18.598	31.532	Sim	abr-14	Aval/Fiança	TJLP	-1,00%	jan-22	Mensal	jan-22	abr-24	Mensal	SAC
BNP 4131 IV	68	-	277.857	277.925	Sim	jun-21	N/A	IPCA	8,41%	jun-22	Semestral	jun-24	jun-24	Única	Bullet
Total Empréstimos e financiamentos -	132	12.870	296.455	309.457											
BNP 4131 II - a.1	1.321	-	245.621	246.942	Sim	mar-21	N/A	Dólar	Dólar + 1,71% a.a.	mar-22	Semestral	mar-24	mar-24	Única	Bullet
BNP 4131 III - a.2	1.868	-	466.679	468.547	Sim	abr-21	N/A	Dólar	USD + 1,37% a.a.	abr-22	Semestral	abr-24	abr-24	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 II	620	-	220.061	220.681	Sim	mai-21	N/A	Dólar	USD + 2,31% a.a.	mai-22	Semestral	mai-25	mai-25	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 III	2.833	-	310.747	313.580	Sim	ago-21	N/A	Dólar	USD + 2,61% a.a.	fev-22	Semestral	ago-26	ago-26	Única	Bullet
MUFG 4131	1.324	-	215.822	217.146	Sim	set-21	N/A	Dólar	USD + 1,95%	mar-22	Semestral	mar-22	set-24	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 IV	3.193	-	430.096	433.289	Sim	set-21	N/A	Dólar	USD + 2,37% a.a.	mar-22	Semestral	set-25	set-25	Única	Bullet
Total Empréstimos e financiamentos -	11.159	-	1.889.026	1.900.185											
Arrendamento financeiro	-	8.208	13.820	22.028	Sim	N/A	Próprio bem	CDI	16,80%	jan-22	Mensal	jan-22	abr-27	Mensal	Price
Total Arrendamento mercantil	-	8.208	13.820	22.028											
Dívidas com fundo de pensão	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)											
FUNCESP	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)	Sim	jun-19	Recebíveis	IGP-DI	5,22%	jan-22	Mensal	jan-22	mai-31	Mensal	Price
Dívidas Notas Promissórias															
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série) - a.10	197	10.000	-	10.197	Sim	out-21	N/A	CDI	CDI + 0,97% a.a.	abr-22	Única	abr-22	abr-22	Única	Bullet
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série) - a.10	197	10.000	-	10.197	Sim	out-21	N/A	CDI	CDI + 0,97% a.a.	out-22	Única	out-22	out-22	Única	Bullet
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	-	(509)	310.843	310.334	Sim	out-21	N/A	CDI	CDI + 0,97% a.a.	abr-23	Única	abr-23	abr-23	Única	Bullet
Notas Promissórias	394	19.491	310.843	330.728											
Total dívida bruta - moeda nacional	77.079	736.657	(482.684)	331.052											
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	77.079	736.657	6.086.448	6.900.184											
Fundo de pensão	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Cronograma de amortização de principal, líquido dos custos a amortizar						
					2023	2024	2025	2026	2027	2028+	Total
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	77.079	736.657	6.086.448	6.900.184	1.015.409	1.554.020	995.884	1.210.944	284.264	1.025.927	6.086.448
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	32.965	696.209	697.227	1.426.401	697.227	-	-	-	-	-	697.227
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	8.150	-	693.366	701.516	(3.210)	347.419	349.157	-	-	-	693.366
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.840	-	888.684	893.524	(3.980)	(4.268)	(4.556)	901.488	-	-	888.684
Debêntures - 25ª Emissão	6.817	-	722.733	729.550	(3.159)	(3.159)	(3.159)	(3.159)	(3.159)	738.528	722.733
Debêntures - 26ª Emissão	12.622	(121)	574.294	586.795	(121)	(121)	(121)	(121)	287.379	287.399	574.294
Total Debêntures - moeda nacional	65.394	696.088	3.576.304	4.337.786	686.757	339.871	341.321	898.208	284.220	1.025.927	3.576.304
FINEP 2º protocolo	64	12.870	18.598	31.532	13.781	4.817	-	-	-	-	18.598
BNP 4131IV	68	-	277.857	277.925	-	277.857	-	-	-	-	277.857
Total Empréstimos e financiamentos - moeda	132	12.870	296.455	309.457	13.781	282.673	-	-	-	-	296.454
BNP 4131II - a.1	1.321	-	245.621	246.942	-	245.621	-	-	-	-	245.621
BNP 4131III - a.2	1.868	-	466.679	468.547	-	466.679	-	-	-	-	466.679
SCOTIABANK 4131II	620	-	220.061	220.681	-	-	220.061	-	-	-	220.061
SCOTIABANK 4131III	2.833	-	310.747	313.580	-	-	-	310.747	-	-	310.747
MUFG 4131	1.324	-	215.822	217.146	-	215.822	-	-	-	-	215.822
SCOTIABANK 4131IV	3.193	-	430.096	433.289	-	-	430.096	-	-	-	430.096
Total Empréstimos e financiamentos - moeda	11.159	-	1.889.026	1.900.185	-	928.121	650.158	310.747	-	-	1.889.026
Arrendamento financeiro	-	8.208	13.820	22.028	4.028	3.354	4.405	1.989	44	-	13.820
Total Arrendamento mercantil	-	8.208	13.820	22.028	4.028	3.354	4.405	1.989	44	-	13.820
Dívidas com fundo de pensão	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)	(1.529.674)	(783.642)	(747.226)	(714.296)	(684.720)	(2.109.575)	(6.569.132)
FUNCESP	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)	(1.529.674)	(783.642)	(747.226)	(714.296)	(684.720)	(2.109.575)	(6.569.132)
Dívidas Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série) - a.10	197	10.000	-	10.197	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série) - a.10	197	10.000	-	10.197	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	-	(509)	310.843	310.334	310.843	-	-	-	-	-	310.843
Notas Promissórias	394	19.491	310.843	330.728	310.843	-	-	-	-	-	310.843
Total dívida bruta - moeda nacional	77.079	736.657	(482.684)	331.052							
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	77.079	736.657	6.086.448	6.900.184							
Fundo de pensão	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura dos ativos financeiros:

LN	Instituição / Linha devedora	Principal curto prazo	Saldo total
9.1	Ativos Financeiros - Caixa e aplicações financeiras	1.115.270	1.115.270
9.1.1	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	1.112.302
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	2.968	2.968

Composição do endividamento e dívida líquida:

Resumo	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida bruta (a)	77.079	736.657	(482.684)	331.052	12.191.693
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	132	12.870	296.455	309.457	961.738
Debêntures - moeda nacional	65.394	696.088	3.576.304	4.337.786	3.716.675
Notas Promissórias	394	19.491	310.843	330.728	-
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	11.159	-	1.889.026	1.900.185	889.974
Arrendamento mercantil	-	8.208	13.820	22.028	36.486
Fundo de pensão	-	-	(6.569.132)	(6.569.132)	6.586.820
Ativos financeiros (b)	-	1.115.270	-	1.115.270	2.134.751
Alta liquidez	-	1.112.302	-	1.112.302	2.095.811
Demais aplicações financeiras	-	2.968	-	2.968	38.940
Dívida líquida (a) - (b)	77.079	(378.613)	(482.684)	(784.218)	10.056.942

14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

			31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante			Não Circulante				
Venci- mento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
BNP 4131 IV - a.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional			132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
Moeda estrangeira										
BNP 4131 II - a.1	2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
BNP 4131 III - a.2	2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
SCOTIABANK 4131 II – a.4	2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
SCOTIABANK 4131 III – a.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
MUFG 4131 – a.7	2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
SCOTIABANK 4131 IV – a.8	2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira			11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos			11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16% a.a.	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.834)	693.166	701.516
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
Debêntures - 25ª Emissão - a.3	2031	100% do IPCA+4,26% a.a.	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
Debêntures - 26ª Emissão - a.9	2028	100% do CDI+1,64% a.a.	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total - Debêntures			65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série) - a.10	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série) - a.10	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias			394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida			77.079	730.845	(2.396)	805.528	6.121.768	(49.140)	6.072.628	6.878.156

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			2020							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) (II)									
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	31.468	43.615	
2028	IPCA +5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	582.014	918.123	
Total - Moeda nacional		76	348.180	-	348.256	613.482	-	613.482	961.738	
Moeda estrangeira										
2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	-	169.682	
2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	267.094	
2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	453.198	
Total - Moeda estrangeira		4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	889.974	
Total - Empréstimos e financiamentos		4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	613.482	1.851.712	
Debêntures:										
2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	-	707.295	
2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594	1.400.301	
2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368	693.753	
2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17.253)	911.089	915.326	
Total - Debêntures		19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051	3.716.675	
Arrendamento financeiro		8,39 à 37,63	-	14.807	-	14.807	21.679	-	36.486	
Total - Arrendamento financeiro		-	14.807	-	14.807	21.679	-	21.679	36.486	
Total da dívida			24.301	1.952.399	(1.039)	1.975.661	3.659.451	(30.239)	5.604.873	

- (i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.
- (ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.
- (iii) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 30.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 37.061, com taxas contratuais que variam de 0,85% a 1,30%a.a. Quanto ao contrato com a FUNCESP, a dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia.

14.3 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

- a) **Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	BNP 4131 II	R\$ 250.000	março de 2021	Dólar + 1,71% a.a.	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
a.2	CITIBANK 4131	R\$ 325.000	Abril de 2021	USD + 1,40% a.a.	Bullet	Bullet	outubro de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97% a.a.	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
a.4	DEBÊNTURES - 25ª	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	R\$ 245.060 R\$ 245.059 R\$ 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia
a.5	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maio de 2021	USD + 2,31% a.a.	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
a.6	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a.	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
a.7	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61% a.a.	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
a.8	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
a.9	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37% a.a.	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
a.10	DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64% a.a.	Anual	R\$ 287.500 R\$ 287.500	outubro de 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro
a.11	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 325.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97% a.a.	Bullet	R\$ 10.000 R\$ 10.000 R\$ 305.000	abril de 2022 outubro de 2022 abril de 2023	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de R\$ 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 5 de abril de 2021 foi contrato um empréstimo em moeda estrangeira com o Citibank no valor de US\$ 57.319, correspondente ao valor de R\$ 325.000 com desembolso em 06 de abril de 2021, com juros e amortização a serem pagos no final do contrato a uma taxa fixa de 1,40%a.a. e vencimento em 6 de outubro de 2021, cujo valor foi pago na data devida. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de "dólar venda" para CDI + 0,97% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 14 de abril de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 83.626, correspondente ao valor de R\$ 475.000 com desembolso em 19 de abril de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,97%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 0,98% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.4) Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

(a.5) Em 15 de maio de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$39.433, correspondente ao valor de R\$ 209.000 com desembolso em 17 de maio de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,31%a.a. e vencimento final em 20 de maio de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.6) Em 24 de junho de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda interna com o BNP Paribas no valor de R\$ 290.000 com desembolso em 30 de junho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 8,41%a.a. e vencimento final em 28 de junho de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "taxa fixa" para CDI + 0,68% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.7) Em 19 de agosto de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$55.684, correspondente ao valor de R\$ 300.000 com desembolso em 27 de agosto de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,61%a.a. e vencimento final em 27 de agosto de 2026. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,63% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.8) Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o MUFG no valor de US\$ 38.674, correspondente ao valor de R\$ 200.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,95%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,28% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.9) Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 77.071, correspondente ao valor de R\$ 400.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,37%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,39% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.10) Em 04 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 26ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 575.000, a uma taxa de CDI + 1,64% a.a. e vencimento em 04 de outubro de 2028.

(a.11) Em 06 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 7ª emissão de notas promissórias em três séries, no montante de R\$ 325.000, a uma taxa de CDI + 0,97% a.a. O vencimento da primeira série no montante de R\$ 10.000 ocorrerá em 06 de abril de 2022, a segunda série no montante de R\$ 10.000 em 06 de outubro de 2023 e a terceira série no montante de 305.000 ocorrerá em 04 de abril de 2023.

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	TOKIO 4131	R\$ 215.000	março de 2020	USD + 1,36% a.a.	Única	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	USD + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
b.3	BNP 4131	R\$ 450.000	Abril de 2020	USD + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
b.4	FUNCESP	R\$ 918.123	Dezembro de 2020	IGP-DI + 5,22%	Trimestral	Trimestral à partir	maio de 2021	Saldamento parcial do plano de benefícios BD
b.5	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2021:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão,
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2025	
c.2	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974	setembro de 2022	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir Mensal)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal			

14.4 Composição do principal e custos a amortizar por indexador:

	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	3.045.440	44,27	2.787.014	50,26
TJLP	31.532	0,46	43.539	0,79
Taxa fixa	277.925	4,04	-	0,00
IPCA	1.623.074	23,60	1.829.212	32,98
Moeda estrangeira				
Dólar	1.900.185	27,63	885.360	15,97
Total	6.878.156	100	5.545.125	100

14.5 Saldos do passivo não circulante por vencimento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	13.782	1.008.986	(11.386)	1.011.382
2024	1.210.795	350.000	(10.129)	1.550.666
2025	650.158	350.000	(8.679)	991.479
2026	310.746	903.243	(5.035)	1.208.954
2027	-	287.500	(3.280)	284.220
2028 em diante	-	1.036.558	(10.631)	1.025.927
	2.185.481	3.936.287	(49.140)	6.072.628

14.6 Indexadores:

	31.12.2021	31.12.2020
	%	%
CDI ^(*)	4,44	1,90
SELIC ^(*)	4,44	1,90
TJLP ^(*)	4,75	4,55
IPCA ^(**)	10,06	4,52
Dólar ^(*)	5,58	5,20

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no ano de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.7 Movimentações:

	Saldo inicial	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
31.12.2020										31.12.2021	
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	43.615	-	(14.626)	(1.587)	-	1.555	-	-	-	2.555	31.532
FUNCESP - Empréstimo financeiro	918.123	-	(1.018.416)	(10.102)	67.327	13.022	-	-	-	30.046	-
Tokio Bank	169.682	-	(184.828)	(1.374)	-	490	-	16.030	-	-	-
SCOTIABANK	267.094	-	(295.018)	(2.461)	-	1.173	-	29.212	-	-	-
BNP	453.198	-	(488.299)	(7.319)	-	4.326	-	38.094	-	-	-
BNP II	-	250.000	-	(2.025)	-	3.337	-	(4.370)	-	-	246.942
CITIBANK 4131	-	325.000	(310.693)	(2.215)	-	2.126	-	(14.218)	-	-	-
BNP 4131 III	-	475.000	-	(4.632)	-	6.254	-	(8.075)	-	-	468.547
SCOTIABANK 4131 II	-	209.000	-	(2.545)	-	3.069	-	11.157	-	-	220.681
BNP 4131 IV	-	290.000	-	(12.398)	-	12.466	(12.143)	-	-	-	277.925
SCOTIABANK 4131 III	-	300.000	-	-	-	2.815	-	10.785	-	-	313.580
MUFG 4131	-	200.000	-	-	-	1.321	-	15.825	-	-	217.146
SCOTIABANK 4131 IV	-	400.000	-	-	-	3.185	-	30.104	-	-	433.289
Total - Empréstimos e financiamentos	1.851.712	2.449.000	(2.311.880)	(46.638)	67.327	55.139	(12.143)	124.524	-	32.601	2.209.642
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.107.596	-	(704.052)	(64.310)	-	84.286	-	-	2.881	-	1.426.401
Debêntures - 24ª emissão	1.609.079	-	-	(65.724)	91.093	72.093	(116.192)	-	4.691	-	1.595.040
Debêntures - 25ª emissão	-	720.000	-	(14.729)	53.546	21.547	(24.489)	-	-	(26.325)	729.550
Debêntures - 26ª Emissão - a.9	-	575.000	-	-	-	12.622	-	-	-	(827)	586.795
Total - Debêntures	3.716.675	1.295.000	(704.052)	(144.763)	144.639	190.548	(140.681)	-	7.572	(27.152)	4.337.786
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série) - a.10	-	10.000	-	-	-	197	-	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série) - a.10	-	10.000	-	-	-	197	-	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	-	305.000	-	-	-	6.012	-	-	(678)	-	310.334
Total - Notas Promissórias	-	325.000	-	-	-	6.406	-	-	(678)	-	330.728
Total da dívida	5.568.387	4.069.000	(3.015.932)	(191.401)	211.966	252.093	(152.824)	124.524	6.894	5.449	6.878.156

	Saldo inicial 31.12.2019	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2020
		Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Empréstimos e financiamentos:											
FINEP	56.037	-	(15.643)	(2.229)	-	2.178	-	-	-	3.272	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	918.123	918.123
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	-	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	-	(1.185)	-	2.029	-	18.841	-	-	169.682
SCOTIABANK	-	260.000	-	(2.427)	-	3.500	-	6.021	-	-	267.094
BNP	-	450.000	-	(7.414)	-	9.957	-	655	-	-	453.198
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	(230.643)	(18.530)	-	19.414	-	25.517	139	921.395	1.851.712
Debêntures:											
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(85.114)	-	63.782	-	-	3.061	-	2.107.596
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	(59.494)	36.653	57.812	82.607	-	4.379	-	1.609.079
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(144.608)	36.653	121.594	82.607	-	7.440	-	3.716.675
Arrendamento financeiro:											
Arrendamento financeiro	56.981	-	(23.568)	(5.892)	-	8.964	-	-	-	-	36.485
Total - Arrendamento financeiro:	56.981	-	(23.568)	(5.892)	-	8.964	-	-	-	-	36.485
Total da dívida	3.944.393	859.997	(254.211)	(169.030)	36.653	149.972	82.607	25.517	7.579	921.395	5.604.872

14.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

^(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

^(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (Viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

15. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício (resultado financeiro). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes, sendo registrado no resultado do exercício (custos e despesas com pessoal).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
Previdência privada		
Valor presente das obrigações atuariais	14.584.749	14.465.563
Valor justo dos ativos do plano	(8.015.617)	(7.878.743)
Obrigação registrada com previdência privada	6.569.132	6.586.820
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)		
Valor presente das obrigações atuariais	97.374	110.332
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	97.374	110.332
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.666.506	6.697.152
Circulante	11.834	8.735
Não circulante	6.654.672	6.688.417
Total	6.666.506	6.697.152

Uso de estimativas

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

15.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp ("Vivest") ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

15.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Confissão de dívida IIa	I.1	417.394	390.739
Confissão de dívida IIb	I.1	216.654	202.818
Contrato de ajustes de reserva matemática	I.2	4.255.627	3.917.751
Total dos contratos		4.889.675	4.511.308
Diferença entre premissas	I.3	1.679.459	2.075.512
Total registrado	16.1	6.569.134	6.586.820

- (I.1) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilatações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela IIb refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação Cesp ("Vivest") à Companhia. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela Fundação Cesp ("Vivest") de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.

(I.2) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp ("Vivest"). Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.

(I.3) A parcela do déficit é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp ("Vivest") administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 4,89% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020), enquanto a utilizada pela Companhia é de 5,25% a.a. (3,10% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

15.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

15.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Ativos e passivos atuariais:

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.682.123	14.575.895
Valor justo dos ativos do plano	(8.015.617)	(7.878.743)
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	6.666.506	6.697.152

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	14.575.895	15.221.632
Custo dos serviços correntes	7.088	16.300
Custo dos juros	1.010.123	1.102.274
Custo do serviço passado	-	(98.621)
Contribuição de participantes do plano	-	2.250
Benefícios pagos pelo plano	(1.335.271)	(1.201.637)
Efeito migração - plano benefício definido	-	(3.440.525)
Ganho atuarial	424.288	2.974.222
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	14.682.123	14.575.895

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2021	31.12.2020
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.878.743	9.226.851
Retorno esperado dos ativos do plano	541.392	670.479
Contribuições dos empregados	-	2.250
Contribuições do empregador	744.100	578.598
Transferência para dívida financeira	30.046	918.123
Benefícios pagos	(1.335.271)	(1.201.637)
Efeito migração - plano benefício definido	-	(3.079.925)
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	156.607	764.004
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.015.617	7.878.743

(d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	6.697.152	5.994.781
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-	8.550
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	7.091	7.750
Custo do serviço passado	-	(98.621)
Efeito migração - plano benefício definido	-	(360.598)
Juros líquidos conforme laudo atuarial	468.730	431.793
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(744.100)	(578.598)
Transferência para dívida financeira	(30.046)	(918.123)
Ajustes de avaliação atuarial	267.679	2.210.218
Saldo final	6.666.506	6.697.152

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2021	31.12.2020
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	-	(8.550)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(7.091)	(7.750)
Custo do serviço passado - BD	-	98.621
Efeito migração - plano benefício definido	-	360.598
Capitalização para infraestrutura em construção	1.852	2.644
Outras contribuições - Contribuição definida	(8.488)	(7.564)
Custo do serviço líquido	(13.727)	437.999
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.010.123)	(1.102.274)
Rendimento esperado dos ativos do plano	541.392	670.481
Juros líquidos sobre o passivo	(468.731)	(431.793)
Total das Receitas (despesas) nos exercícios	(482.458)	6.206

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajustes de avaliação atuarial):

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Saldo no início do exercício		(6.844.514)	(4.634.296)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica		(1.283.074)	836
Ganho (perda) atuarial gerada pela taxa de desconto	f.1	3.086.740	(133.374)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica		(2.227.953)	(2.841.684)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício		156.607	764.004
Saldo no final do exercício		(7.112.194)	(6.844.514)

(f.1) Ganho gerado em virtude do aumento da taxa de desconto real em 2021, quando comparada à taxa em 2020.

(g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Distribuição dos investimentos	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	31.12.2021	31.12.2020	
Renda fixa	71,86%	87,48%	até 100%
Renda variável	11,20%	8,61%	até 70%
Imóveis	2,18%	1,16%	até 20%
Outros	14,76%	2,74%	até 20%
Total	100,00%	100,00%	

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela Fundação Cesp ("Vivest"), tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da Fundação Cesp ("Vivest") (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente.

(h) Premissas atuariais utilizadas:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca suavizada em 30%	Light fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Marculino agravada em 10%	N/A

(i) Estimativa da despesa para o exercício de 2022:

	31.12.2022
Custo dos serviços correntes - FGTS	5.928
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.324.538
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(730.587)
Total da despesa projetada	599.879

(j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.584.751 para plano de pensão e R\$ 97.374 para FGTS, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
Obrigações atuariais em 31 de Dezembro de 2021	97.374		14.584.751	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(3.648)	3.884	(576.631)	622.183
Total da obrigação do benefício definido	93.726	101.258	14.008.120	15.206.934

(k) Outras informações sobre as obrigações atuariais:

Em 31 de dezembro de 2021, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 345.171 e R\$ 14.023.087, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2022 é de R\$ 764.083.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 7,9 anos (9,5 anos em 31 de dezembro de 2020).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 ano	1.361.342
Entre 2 e 5 anos	5.126.476
Próximos 5 anos	5.638.155
Total de pagamentos esperados do plano	12.125.973

16. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas e julgamentos: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros "custo amortizado", pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados a cauções e depósitos vinculados são classificados como custo amortizado.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais - processos prováveis	296.583	299.703
Depósitos judiciais - processos possíveis	523.312	463.348
Depósitos judiciais - processos remotos	32.077	39.226
	851.972	802.277

16.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2020	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2021	Depósitos vinculados 31.12.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
Processos trabalhistas (a)	325.989	39.456	20.535	(66.348)	(15.964)	303.668	116.401	139.049
Processos cíveis (b)	241.378	79.479	39.260	(58.521)	(44.281)	257.315	10.709	7.352
Processos regulatórios (c)	129.612	-	5.459	-	(3.903)	131.168	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	145.211	1.634	12.690	-	-	159.535	168.758	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	71.328	88.680	16.237	-	-	176.245	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	3.990	258	317	(88)	(67)	4.410	715	561
Processos ambientais (e)	4.721	2.242	405	(2.242)	-	5.126	-	-
Outros processos	8.744	272	7	(272)	-	8.751	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	212.021	94.910	(127.471)	(64.215)	1.046.218	296.583	299.703
Outras provisões (f)	-	92.290	-	(57.873)	-	34.417	-	-
Total	930.973	304.311	94.910	(185.344)	(64.215)	1.080.635		
Circulante	168.917					186.090		
Não circulante	762.056					894.545		
Total	930.973					1.080.635		

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados	Depósitos vinculados
	31.12.2019					31.12.2020	31.12.2020	31.12.2019
Processos trabalhistas (a)	334.661	91.679	18.066	(73.565)	(44.852)	325.989	139.049	194.294
Processos cíveis (b)	246.768	106.968	24.165	(65.619)	(70.904)	241.378	7.352	2.274
Processos regulatórios (c)	119.999	16.613	4.737	(5.849)	(5.888)	129.612	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	12.071	3.335	-	-	145.211	152.741	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	1.028	-	-	71.328	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	521	262	(480)	(1.668)	3.990	561	2.179
Processos ambientais (e)	4.565	3.488	225	(3.557)	-	4.721	-	-
Outros processos	10.639	284	27	(284)	(1.922)	8.744	-	-
Total	922.092	231.624	51.845	(149.354)	(125.234)	930.973	299.703	313.637
Circulante	348.486					168.917		
Não circulante	573.606					762.056		
Total	922.092					930.973		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 842 processos (838 em 31 de dezembro de 2020), compostos por processos de natureza previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2020) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	20.200	9.573
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar.	15.446	7.004
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	28.350	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.736	32.239
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável.	18.221	52.307
Total				85.953	101.123

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida em maio de 2020, sobre o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

AI nº 001/2016 – Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. Em sede de recurso de apelação foram reestabelecidos os efeitos da liminar. Aguarda-se o julgamento do mérito do recurso.

O montante de R\$ 101.123 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria	Aguardando decisão	18.428	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.187	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.995	2.579
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	11.441	2.922
Outros				166	-
Total				45.217	5.501

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos. Em processo regular de reavaliação de provisões, em 17 de junho de 2021, a Companhia decidiu reverter a provisão do TN 245-247/2010 (Sistema de Medição de ETT's) por prescrição. O montante de R\$ 5.501 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia inter pôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal ("STF"). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o Juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Valor estimado da contingência		
	31.12.2021	31.12.2020
<u>Processos cíveis (a)</u>	792.502	578.244
Processos cíveis diversos	792.502	578.244
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não	Não determinado
(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não	Não determinado
(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não	Não determinado
(a.2) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não	Não determinado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Processos regulatórios (b)	1.794.861	1.603.022
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.287.962	1.093.502
(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	190.117	186.419
(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade	101.123	104.935
(b.4) Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	94.187	92.407
(b.5) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	89.654	77.349
Outros processos regulatórios	31.818	48.409
Processos fiscais (c)	3.609.819	2.809.735
(c.1) CSLL - base negativa	155.845	153.314
(c.2) Execuções fiscais municipais - diversas	96.004	88.961
(c.3) PIS - Estatuto da decadência	245.748	243.674
(c.4) COFINS - anistia	163.630	162.340
(c.5) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	193.886	188.920
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	175.568	173.312
(c.8) PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	667.059	659.565
(c.9) FINSOCIAL	230.448	226.424
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	162.568	158.969
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	156.002	137.976
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	181.192	145.015
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	71.397	46.314
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	252.169	236.450
(c.15) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	43.228	41.507
(c.16) IRPJ/CSLL - Goodwill	692.614	-
Outros processos fiscais	51.675	76.208
Processos trabalhistas (d)	948.584	925.492
(d.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	139.733	129.693
(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	116.665	115.133
(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	65.116	64.078
(d.5) Contribuição Previdenciária – SAT	11.381	43.878
Outros processos trabalhistas	615.689	572.710

(a) Processos cíveis:

(a.1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.2) Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.3) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

(a.5) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos regulatórios:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b.1) Devolução tarifária – Base blindada:** Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.
- (b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR):** Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.
- (b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018:** Vide nota explicativa 17.1 (c.1 e c.2).
- (b.4) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço:** Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2019.
- (b.5) Autuações PCELD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa:** Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1º instância ocorrida em fevereiro de 2002. Atualmente a Companhia aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores.
- (c) Processos fiscais:**
- (c.1) CSLL – base negativa:** A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.
- (c.2) Execuções fiscais municipais – diversas:** A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c.3) **PIS – Estatuto da decadência:** Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.
- (c.4) **COFINS – anistia:** A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.
- (c.5) **COFINS – Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.
- (c.6) **Autos de infração de ICMS – estornos de débitos:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- (c.7) **Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão:** Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
- (c.8) **PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988:** Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.

(c.9) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

(c.10) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e foram opostos os Embargos à Execução, que aguardam os respectivos julgamentos. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia, com oferecimento de seguro garantia.

(c.13) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações – Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.

(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a Companhia recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

(c.15) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente, com nova intimação para a Companhia pagar no prazo de 4 dias úteis. A Companhia aguarda a intimação, e irá apresentar seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentar nova impugnação.

(c.16) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa no prazo legal e aguarda julgamento.

(d) Processos trabalhistas:

(d.1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado seguimento. Aguarda-se, neste momento, eventual recurso do Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Aguarda-se, agora, eventual recurso ao STF.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2021 de 139.733 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

(d.5) Contribuição Previdenciária – SAT: Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIIL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a Companhia discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
<u>CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	164.013	137.393
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	3.307	2.948
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.653	1.474
Eficiência energética	18.1	278.526	301.697
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		46.385	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.362	1.659
Outros encargos		62	61
Total		496.308	445.232
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	102.319	27.561
Total		102.319	27.561

- 17.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

18. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela em junho de 2021, no montante de R\$ 361.111, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	375.145
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	312.621
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	51.156
			738.922

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	814.140	781.381
<u>Ativo não circulante</u>	8	5.117.610	6.107.700
Total Ativo		5.931.750	6.889.081
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		814.140	781.381
<u>Passivo não circulante</u>		6.326.144	6.529.143
Total Passivo		7.140.284	7.310.524

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2021	31.12.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(127.376)	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	127.376	1.866.587
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		178.282	469.322
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(178.282)	(469.861)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>-</u>	<u>(539)</u>

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o total compensado de R\$ 1.239.236, sendo R\$ 787.091 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 452.145 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Nota	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2019		5.005.317	4.974.076
Adições		1.866.587	1.866.587
Atualização		469.322	469.861
Compensações		(452.145)	-
Saldo em 31.12.2020		6.889.081	7.310.524
Adições		127.376	127.376
Reversões	23.1	(354.419)	(354.419)
Atualização		56.803	56.803
Compensações		(787.091)	-
Saldo em 31.12.2021		5.931.750	7.140.284

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

20.2 Composição acionária:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
Acionista:	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20.3 Reservas de capital:

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 8.3.

20.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial (Reavaliação regulatória)		1.404.524	1.624.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(477.539)	(552.177)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		926.985	1.071.871
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.133.617)	(6.847.824)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		18.168	53
Outros resultados abrangentes - derivativo	31.1.1	(28.285)	(3.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	2.428.870	2.329.576
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.714.864)	(4.522.115)
Total registrado no patrimônio líquido		(3.787.879)	(3.450.244)

20.6 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2020 e 2019 baseada no resultado societário:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	1.141.433	980.816
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	67.804	71.212
Dividendos prescritos	-	129
Lucro líquido ajustado	1.209.237	1.052.157
Distribuição de dividendos intermediários	-	(36.200)
Juros sobre o capital próprio	(241.000)	(195.300)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	(97.459)	(60.834)
Proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	(870.778)	(759.823)
Saldo de lucros acumulados	-	-

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal, pois o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 26 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) Juros sobre capital próprio - JSCP imputáveis ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 195.300; dividendos intercalares no total de R\$ 36.200; (iii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 60.834; e (iv) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 759.823.

21. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

21.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação – básico/diluído

Numerador:	2021	2020
Lucro líquido do exercício - Regulatório	673.663	589.836
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.469	197.469
Prejuízo básico por ação (em Reais - R\$)	3,41149	2,98698

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as movimentações de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não houve movimentação de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Exercício	Período de movimentação de ações	Quantidade de ações (em milhares)	Número de dias - %	Média ponderada de ações (em milhares)
2019	01/01/2019 a 19/12/2019	197.457	96%	189.559
	20/12/2019 a 31/12/2019	197.467	4%	7.899
			100%	197.458

Type equation here.

A movimentação da quantidade de ações do exercício de 2019 refere-se ao (i) resgate compulsório das ações remanescentes realizado em 05 de dezembro de 2019 oriundo do processo da OPA (Oferta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Pública de Aquisição de Ações) e (ii) emissão de novas ações com o aumento de capital, ocorrido em 20 de dezembro de 2019

22. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

22.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 5.

22.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

22.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

22.4 Aluguel de postes

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

22.5 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

22.6 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa”.

22.7 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

22.8 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

22.1 A receita operacional bruta, conforme requerida pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado:						
Residencial	7.127.040	7.001.288	16.569.377	16.618.308	13.231.748	11.164.406
Industrial	24.875	25.318	2.168.855	2.321.353	1.566.314	1.401.225
Comercial	406.102	404.716	7.836.125	8.505.174	6.004.264	5.415.360
Rural	567	571	31.125	32.062	10.476	9.162
Poder público	15.630	15.792	972.673	964.389	646.337	534.344
Iluminação pública	2.478	2.737	785.714	717.077	362.320	265.689
Serviço público	1.346	1.389	387.729	412.913	249.356	216.095
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(9.691.847)	(9.175.538)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	1.564.140	2.775.590	697.605	142.625
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado:						
Consumidores cativos	-	-	-	-	9.691.847	9.175.538
Consumidores Livres	2.821	2.239	12.132.391	10.705.808	2.079.030	1.764.784
Fornecimento/Uso da Rede Elétrica de Distribuição - Não Faturado					330.067	28.422
Constituição e Amortização - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	1.316.962	542.758
Constituição e Amortização - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	2.747	8.404
Constituição e Amortização - Demais ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	594.144	298.704
Serviços cobráveis	-	-	-	-	35.950	15.502
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	518.445	490.935
Outras receitas	-	-	-	-	262.991	165.538
Total	7.580.859	7.454.050	42.448.129	43.052.674	27.908.756	22.463.953

22.2 Receita operacional líquida:

Nota	2021			2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Classe de consumidores:						
Residencial	7.127.040	16.569.377	13.231.748	7.001.288	16.618.308	11.164.406
Industrial	24.875	2.168.855	1.566.314	25.318	2.321.353	1.401.225
Comercial	406.102	7.836.125	6.004.264	404.716	8.505.174	5.415.360
Rural	567	31.125	10.476	571	32.062	9.162
Poder público	15.630	972.673	646.337	15.792	964.389	534.344
Iluminação pública	2.478	785.714	362.320	2.737	717.077	265.689
Serviço público	1.346	387.729	249.356	1.389	412.913	216.095
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(9.691.847)	-	-	(9.175.538)
Subtotal - fornecimento	7.578.038	28.751.598	12.378.968	7.451.811	29.571.276	9.830.743
Outras						
Não faturado	-	-	330.067	-	-	28.422
PIS/COFINS - consumidores a restituir	-	-	(127.376)	-	-	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	127.376	-	-	1.866.587
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	2.821	12.132.391	2.079.030	2.239	10.705.808	1.764.784
Transferência para atividades de distribuição	-	-	9.691.847	-	-	9.175.538
Energia no curto prazo	-	-	307.131	-	2.775.590	142.625
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	390.474	-	-	-
Subvenção de recursos da CDE	23.2.1	-	511.306	-	-	487.195
Doações - bandeiras tarifárias	-	-	7.139	-	-	3.740
Ativo e passivo financeiro setorial	11	-	4.152.176	-	-	1.103.840
Passivo financeiro setorial - bandeiras tarifárias	-	-	(2.238.323)	-	-	(253.974)
Aluguel de poste	-	-	192.949	-	-	154.136
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais	9.4	-	-	-	-	-
Ressarcimento - ônus de acordos bilaterais - AES Tietê Energia	9.4/30.1	-	-	-	-	-
Receitas com partes relacionadas	-	-	60.243	-	-	546
Receitas com partes relacionadas	30.1	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	45.749	-	-	26.358
Receita operacional bruta	7.580.859	40.883.989	27.908.756	7.454.050	43.052.674	22.463.953
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(183.104)	-	-	(142.236)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(2.457.099)	-	-	(2.239.585)
Encargos do consumidor - PROINFRA	-	-	(106.553)	-	-	(88.906)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(2.113.324)	-	-	(193.705)
Encargos bandeiras tarifárias	-	-	2.231.180	-	-	250.235
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(24.127)	-	-	(19.429)
ICMS	-	-	(4.556.367)	-	-	(3.935.754)
COFINS - corrente	-	-	(1.751.632)	-	-	(1.419.198)
PIS - corrente	-	-	(380.142)	-	-	(308.015)
ISS	-	-	(201)	-	-	(168)
Deduções da receita bruta	-	-	(9.341.375)	-	-	(8.096.741)
Receita operacional líquida	7.580.859	40.883.989	18.567.381	7.454.050	43.052.674	14.367.212

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo do serviço de energia elétrica

		MWh (*)		R\$	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		7.764.866	8.317.998	(2.744.425)	(2.899.588)
ANGRA 1 e 2		1.479.077	1.551.042	(340.744)	(431.065)
Compra - CCEE		-	-	-	-
Compra - CCEAR		17.530.637	17.595.346	(4.454.849)	(3.843.438)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1	194.805	209.265	(40.790)	(41.385)
Quotas de garantia física		9.719.800	9.655.343	(1.120.550)	(1.044.406)
Risco hidrológico		-	-	(2.386.825)	(825.759)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	55.128	62.543
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	986.014	805.838
Subtotal		36.689.185	37.328.994	(10.047.041)	(8.217.260)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		733.478	773.283	(261.181)	(224.518)
Total	24	37.422.663	38.102.277	(10.308.222)	(8.441.778)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:	Nota	2021	2020
Uso da rede básica		(1.607.458)	(1.562.666)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1	(14.430)	(15.608)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	25.1	(1.819.491)	(401.891)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		18.189	164.583
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(223.772)	(242.704)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		229.223	-
Operador Nacional do Sistema - ONS		(29.263)	(25.361)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(12.226)	(10.452)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(99.086)	(99.285)
(-) Créditos de PIS/COFINS		329.112	202.798
Total		(3.229.202)	(1.990.586)

23.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

24. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

		2021		2020	
	Nota	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra		-	-	-	-
Compra estimada	23	-	-	-	-
		-	-	-	-
Venda		1.522.286	693.045	2.720.894	129.714
Venda estimada	22	41.854	4.560	54.696	12.911
		1.564.140	697.605	2.775.590	142.625

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Pessoal, administradores e previdência privada

	Nota	2021	2020
Pessoal:			
Remuneração		(235.011)	(277.278)
Encargos		(100.113)	(110.316)
Benefício Pós-emprego-Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		(6.636)	85.149
Efeito migração - plano benefício definido	15	-	360.599
Programa de demissão voluntária/Incentivo aposentadoria		(6.013)	(4.815)
Despesas recisórias		(91.083)	(11.793)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		(80.878)	(71.592)
Assistência médica e odontológica		(106.197)	(104.762)
Auxílio alimentação e refeição		(79.951)	(93.820)
Educação e treinamento		(1.796)	(1.398)
Outros benefícios FGTS - PIA		(7.091)	(7.749)
Outros benefícios - Corrente		43.919	23.063
Outros		(1.430)	(867)
		-	-
Administradores:			
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)		(4.429)	(5.795)
Benefício dos administradores		(192)	(1.712)
Total		(676.901)	(223.086)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	2021	2020
Tarifa bancária		(53.425)	(57.640)
Publicidade		255	(2.936)
Responsabilidade social		(69)	(446)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(30.603)	(20.764)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(9.067)	(8.992)
DIC/FIC/DMIC/DICRI	26.1	(81.734)	(53.243)
Penalidades - devoluções a consumidores		(6.744)	(4.059)
Rescisão contratual		(19.417)	-
Outros		(10.463)	(15.763)
Total		(211.267)	(163.843)

26.1 DIC, FIC, DMIC e DICRI - Indicadores que refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		21.480	25.057
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	132.496	117.314
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	140.853	141.830
Subvenções governamentais		2.555	3.272
Atualização de créditos tributários		1.882	1.194
Atualização monetária dos depósitos judiciais		29.977	23.278
Atualização monetária do ativo financeiro setorial	10	106.979	45.879
Variação monetária Swap - Debêntures		130.814	36.539
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		152.824	49.885
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		2.486	5.041
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		(2.008)	5.173
Outras receitas financeiras		28.451	13.656
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(11.672)	(9.938)
Subtotal		737.117	458.180
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(329.014)	(148.587)
Variação monetária - Debêntures		(144.639)	(36.653)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		(186.148)	(82.607)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(54.410)	(8.996)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(4.291)	(8.966)
Subvenções governamentais		(2.555)	(3.273)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(8.461)	(13.649)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	11.5	25.999	3.153
Cartas de fiança e seguros garantia		(38.564)	(31.470)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(86.906)	(64.657)
Atualização monetária - Energia livre	12.2	(2.741)	(1.719)
Atualização acordo Eletrobras	17	(43.394)	(45.737)
Custo dos juros (líquidos) do plano de pensão		(468.730)	(431.793)
Atualização monetária do passivo financeiro setorial	10	(28.953)	(34.468)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(4.193)	(1.245)
Outras despesas financeiras		(76.670)	(31.993)
Subtotal		(1.453.670)	(942.660)
Variações cambiais líquidas			
Variações cambiais - Empréstimos		(124.524)	(25.656)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		126.860	25.517
Outras variações cambiais		242	(3.058)
Subtotal		2.578	(3.197)
Total do resultado financeiro		(713.975)	(487.677)

- 27.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia, multa de 2% e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, de acordo com o requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	892.937	817.661
Adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio	(241.000)	(195.300)
Doações	1.255	1.094
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	249	1.797
Perdas indedutíveis no contas a receber	8.987	6.218
Perdas de capital - baixa de imobilizado	-	1.593
Multas indedutíveis	1.602	31.976
Despesas indedutíveis	3.740	4.519
Salário maternidade e paternidade	410	485
Outros	(23.273)	42
Total das adições (exclusões)	(248.030)	(147.576)
Base de cálculo	644.907	670.085
Imposto de renda e contribuição social calculados (alíquotas de 25% e 9%)	(219.268)	(227.828)
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado regulatório	(219.268)	(227.828)
 Alíquota efetiva	 24,6%	 27,9%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

29.1.1 Partes relacionadas:

Ativos e receitas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				2021	2020	2021	2020
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/ VENDA EM FATURA DE ENERGIA)	ENEL X Brasil S.A.	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2021	749	34	376	546
Contrato MVE (Venda de energia excedente)	ENEL TRADING S.A.		Dezembro de 2021	2.590	-	57.243	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS	ENEL CHILE			2.285	1.154	1.165	969
	ENEL SPA			324	324	-	170
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.			-	-	1.459	-
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/INFRAESTRUTURA	COELCE CIA. ENERGÉTICA			6.976	4.690	-	-
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.290	1.925	-	-
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	750	89	-	-
	ENEL GREEN POWER BRASIL			-	2.136	-	-
	ENEL BRASIL			5.035	196	-	-
	ENEL FORTALEZA			483	-	-	-
	CELG DISTRIBUIÇÃO S/A			8.429	6.462	-	-
	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CACHOEIRA DOURADA			270	-	-	-
	CIEI COMPANHIA DE INTERCONEXÃO			1.476	326	-	-
Outros créditos:				33.657	17.336	60.243	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:					-	-	546
Pessoal e administradores:					-	-	1.139
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:							

Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				2021	2020	2021	2020
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	321	309	(3.591)	(3.419)
	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	92	90	(1.035)	(986)
	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.470	2.355	(28.378)	(26.928)
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR	ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	994	Até o final da concessão	143	106	(1.036)	(994)
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.	13.120	Até o final da concessão	-	-	-	(2.602)
	ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.	648	Até o final da concessão	96	71	(694)	(665)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.	2.028	Até o final da concessão	310	237	(2.254)	(2.153)
	ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.	1.872	Até o final da concessão	288	220	(2.092)	(1.998)
	ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.	1.592	Até o final da concessão	236	175	(1.710)	(1.640)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	ENEL CIEI S.A.	14.430	Até o final da concessão	1.302	1.209	(14.430)	(15.608)
COMISSÃO DE FIANÇA	ENEL BRASIL S.A.	0,20% sobre saldo dívida	Julho de 2019 a setembro de 2023	1.335	1.791	(6.286)	(4.352)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.			4.989	3.851	-	-
	ENEL CIEI S.A.			206	206	-	-
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.			4.888	4.888	-	-
	ENEL BRASIL S.A.	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	20.675	6.055	-	-
	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES			-	722	-	-
	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.			155	155	-	-
	COELCE-CIA. ENERGÉTICA			514	514	-	-
EXPATRIADOS	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.			1.773	1.773	-	-
	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	13.041	4.276	(10.235)	(8.952)
	ENEL CHILE S.A.			197	-	(231)	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO (FEE + ICT)	ENEL BRASIL S.A.	453.738	Março de 2025	74.142	61.466	-	(61.466)
DIVIDENDOS	ENEL BRASIL S.A.	576.116		576.116	60.834	-	-
Fornecedores - nota explicativa nº 12:					88.678		
Outras obrigações:					1.791		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:					60.834		
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:				125.838	-	55.220	(56.993)
Empréstimos e financiamentos:					-	6.286	-
Pessoal e administradores:					-	-	(8.952)
Material:					-	-	-
Serviços de terceiros:				1.335	-	10.466	(61.466)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:					-	-	-
Resultado Financeiro - nota explicativa nº 26:					-	-	(4.352)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2021.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

29.1.2 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		2021	2020	2021	2020
Plano de previdência	FUNCESP Integrante do Conselho Deliberativo	6.569.132	6.586.820	-	27.144
Empréstimo financeiro	FUNCESP Integrante do Conselho Deliberativo	-	918.123	-	-
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:		6.569.132	6.586.820	-	27.144
Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:		-	918.123	-	-

29.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão para remuneração (regime de competência), é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição:	2021	2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	4.621	7.370
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	115	-
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	138
Total	4.736	7.508

30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 4.923.133	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		2021		2020		
	Notas	Valor	Valor justo	Valor	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.112.302	1.112.302	2.095.811	2.095.811	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações c	4	2.368	2.368	38.940	38.940	Ativos financeiros disponíveis para venda
Operação com derivativo - Cash flow hedge		46.092	46.092	21.442	21.442	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		79.024	79.024	97.248	97.248	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	3.151.591	3.151.591	2.375.690	2.375.690	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	5	380.142	380.142	427.145	427.145	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	16	851.972	851.972	802.277	802.277	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro setorial	10	3.448.879	3.448.879	1.587.388	1.587.388	Empréstimos e recebíveis
Total		9.072.970	9.072.970	7.445.941	7.445.941	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	3.078.947	3.078.947	2.513.678	2.513.678	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrend	14	4.999.185	4.624.459	4.689.547	4.581.611	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures marcadas a mercado		1.900.999	1.941.882	915.326	932.579	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		49.246	49.246	2.316	2.316	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	17	738.322	738.322	1.056.640	1.056.640	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		576.116	576.116	60.834	60.834	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	10	1.665.139	1.665.139	1.564.497	1.564.497	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		13.008.554	12.674.711	10.802.838	10.712.155	

investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131), que resultam de posições passivas vinculadas à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda e (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa flutuante e taxa fixa para flutuante (*swap* de IPCA para CDI e taxa fixa para CDI). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	250.000
Itáú	30/04/2021	15/04/2031	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	<i>Fair value hedge</i>	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	400.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 31 de dezembro de 2021 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	132.478	74.677	-	(57.801)
BNP II	(9.064)	(11.402)	(2.338)	-
Itáú	47.412	(14.746)	-	(62.158)
BNP III	(14.781)	(19.053)	(4.272)	-
Scotiabank II	9.197	6.144	(3.053)	-
BNP IV	(41)	(16.344)	-	(16.303)
Scotiabank III	4.895	(2.485)	(7.380)	-
MUFG	12.008	8.144	(3.864)	-
Scotiabank IV	22.876	15.498	(7.378)	-
Total	204.980	40.433	(28.285)	(136.262)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021	31.12.2020
<u>Ativo circulante</u>	-	23.718
<u>Ativo não circulante</u>	125.116	95.656
Total Ativo	125.116	119.374
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(40.459)	(3.000)
<u>Passivo não circulante</u>	(44.224)	-
Total Passivo	(84.683)	(3.000)
Total	40.433	116.374

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2021
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	893.524
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(867.849)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	793.174
		818.849
BNP II 4131	USD + 1,71% a.a.	246.942
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71% a.a.	(244.621)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75% a.a.	256.022
		258.343
Itaú		
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26% a.a.	729.550
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26% a.a.	(731.786)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93% a.a.	746.532
		744.296
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	468.547
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97% a.a.	(466.900)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98% a.a.	485.954
		487.601
Scotiabank II	USD + 2,31% a.a.	220.681
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	(221.181)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	215.037
		214.537
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	277.925
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a.	(273.953)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68% a.a.	290.295
		294.267

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Scotiabank III	USD + 2,61% a.a.	313.580
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	(318.649)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	321.134
		316.065
MUFG	USD + 1,95% a.a.	217.146
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	(203.129)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	194.985
		209.002
Scotiabank IV	USD + 2,37% a.a.	433.289
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	(435.425)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	419.927
		417.791

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2021				2020			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (Circulante e não circulante)								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compra)	-	-	-	-	38.940	-	38.940	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	2.968	-	2.968	-	-	-	-	-
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	-	-	-	-	19.126	-	19.126	-
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	43.587	-	43.587	-	97.248	-	97.248	-
Debêntures marcadas a mercado	1.900.939	-	1.900.939	-	915.326	-	915.326	-
Total	1.947.554	-	1.947.554	-	1.070.640	-	1.070.640	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:

	Nota	2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.112.302
Investimentos de curto prazo	b.1.1	2.968
Depósitos judiciais e cauções	b.1.1	851.972
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.151.591
Contas a receber - acordos	b.1.2	380.142
Ativo financeiro setorial	b.1.3	3.448.879
Operação com derivativo	b.1.4	1.050.779
Total da exposição		9.998.633

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento. Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	2.209.642	1.851.712
Debêntures	4.668.514	3.716.675
Arrendamento financeiro	22.028	36.486
Operação com instrumento derivativo	(40.433)	(116.374)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.112.302)	(2.095.811)
Investimentos de curto prazo	(2.968)	(38.940)
Dívida líquida	5.744.481	3.353.748
Patrimônio líquido	1.330.830	2.119.328
Dívida líquida / Patrimônio líquido	431,65%	158,25%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2021, 12,4% era de curto prazo (35,6% em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio era de 3,58 anos (2,52 anos em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	3.074.669	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	953	15.583	63.615	2.331.267	(13.911)
Debêntures	-	60.771	1.019.958	3.594.325	1.702.736
Operações com instrumento derivativo	-	37.937	213.497	510.126	(18.360)
Obrigações por arrendamento	-	-	50.327	229.734	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	576.116	-	-
Total	3.075.622	114.291	1.923.513	6.665.452	1.670.465

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Para as operações em IPCA a Companhia realizou SWAPs de troca de IPCA + Spread para CDI + Spread. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação apenas dos índices de CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI. O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Equivalentes de caixa	967.147
Investimentos de curto prazo	2.968
Empréstimos e financiamentos	(2.209.642)
Debêntures	(4.668.514)
Operação com derivativo	40.433
Total da exposição líquida	(5.867.608)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de dezembro de 2021 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

			Projeção receitas financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,90%	8,84%	11,79%	14,74%	17,69%
Equivalentes de caixa	CDI	967.147	57.062	85.496	114.027	142.557	171.088
Investimentos de curto prazo	CDI	2.968	175	262	350	437	525
Subtotal		970.115	57.237	85.758	114.377	142.994	171.613
			Projeção despesas financeiras - 01 ano				
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.426.401)	(84.645)	(125.239)	(164.321)	(203.563)	(241.276)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(701.516)	(43.267)	(61.406)	(79.126)	(96.446)	(113.386)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	CDI+1,64% a.a.	(586.795)	(41.057)	(56.240)	(71.072)	(85.570)	(99.750)
7ª emissão de Notas Promissórias	CDI + 0,97% a.a.	(330.728)	(20.379)	(28.701)	(36.831)	(44.778)	(52.550)
TJLP							
FINEP 2	TJLP-1,00% a.a.	(31.532)	(631)	(1.198)	(1.698)	(2.191)	(2.678)
Contrato de Swap							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(893.524)	(68.897)	(85.017)	(100.863)	(116.444)	(131.770)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	867.849	66.358	82.014	97.404	112.536	127.421
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,72% a.a.	(793.174)	(48.227)	(68.734)	(88.768)	(108.350)	(127.502)
BNP 4131II	USD + 1,71% a.a.	(246.942)	142.334	45.388	(25.410)	(81.506)	(128.120)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,71% a.a.	244.621	(140.995)	(44.961)	25.171	80.739	126.915
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,75% a.a.	(256.022)	(15.643)	(22.263)	(28.730)	(35.051)	(41.233)
BNP III 4131	USD + 1,97% a.a.	(468.547)	268.325	84.942	(49.419)	(155.878)	(244.343)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,97% a.a.	466.900	(267.980)	(84.643)	49.245	155.330	243.484
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,98% a.a.	(485.954)	(30.807)	(43.374)	(55.650)	(67.650)	(79.386)
Scotiabank II 4131	USD + 2,31% a.a.	(220.681)	125.980	39.302	(23.997)	(74.152)	(115.829)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31% a.a.	221.181	(126.266)	(39.391)	24.052	74.320	116.092
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25% a.a.	(215.037)	(14.209)	(19.772)	(25.205)	(30.517)	(35.711)
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a.	(277.925)	(22.518)	(22.518)	(22.518)	(22.518)	(22.518)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	FIXO: 8,41% a.a.	273.953	22.196	22.196	22.196	22.196	22.196
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,68% a.a.	(290.295)	(17.535)	(25.040)	(32.372)	(39.539)	(46.548)
Debêntures - 25ª Emissão	100% do IPCA + 4,26% a.a.	(729.550)	(58.626)	(71.791)	(84.732)	(97.457)	(109.974)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,26% a.a.	731.786	57.699	70.903	83.882	96.644	109.198
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,93% a.a.	(746.532)	(46.954)	(66.259)	(85.118)	(103.552)	(121.580)
Scotiabank III 4131	USD + 2,61% a.a.	(313.580)	178.139	54.942	(35.026)	(106.311)	(165.548)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61% a.a.	318.649	(181.018)	(55.831)	35.592	108.030	168.224
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63% a.a.	(321.134)	(22.430)	(30.739)	(38.856)	(46.790)	(54.550)
MUFG 4131	USD + 1,95% a.a.	(217.146)	124.672	39.408	(22.860)	(72.197)	(113.195)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95% a.a.	203.129	(116.625)	(36.864)	21.384	67.537	105.888
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28% a.a.	(194.985)	(12.942)	(17.986)	(22.913)	(27.729)	(32.440)
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37% a.a.	(433.289)	247.110	76.916	(47.373)	(145.852)	(227.686)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37% a.a.	435.425	(248.328)	(77.296)	47.607	146.571	228.809
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39% a.a.	(419.327)	(28.332)	(39.195)	(49.807)	(60.180)	(70.325)
Subtotal			(6.837.723)	(424.958)	(608.507)	(786.732)	(960.318)
Total da exposição líquida			(5.867.608)	(367.721)	(522.749)	(672.355)	(817.324)
							(958.058)

(b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (reais). Para mais detalhes vide nota 30.1.1.

Passivos em moeda estrangeira

	2021
Empréstimos e financiamento	1.900.185
Exposição patrimonial	1.900.185
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.889.904)
Exposição cambial total	10.281

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	2021	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	109.456	610.796
Passivo líquido exposto	109.456	610.796

(b.4.3) Risco de preço

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2021, e aprovou reajuste positivo de +9,60%, composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	3,67%
Baixa Tensão	11,38%
Efeito Médio	9,44%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Vale destacar os componentes financeiros negativos relativos à: Pis/Cofins no valor de R\$ 1.100.000 e diferimento de Parcela B no valor de 280.000.

(b.4.3.1) Revisão e Reajuste Tarifário – conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico

a) Revisão Tarifária Periódica

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão de cada distribuidora (de 4 em 4 anos no caso da Companhia), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A última Revisão Tarifária Periódica da Companhia ocorreu em 2019 e a próxima está prevista para ocorrer em 2023.

Destaca-se que nos Reajustes Tarifários Anuais a Parcela B (custos gerenciáveis) da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado pelo Fator X. Já na Revisão Tarifária Periódica é definida uma nova Parcela B, com o objetivo de se definir a cobertura tarifária para os custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Adicionalmente, é definida a componente de produtividade do referido Fator X, de modo a se compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade obtidos no período analisado.

A metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica está descrita no Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

b) Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração regulatória (BRR) no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (i) A base de remuneração aprovada no CRTTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações monetárias;
- (ii) As adições de ativos imobilizados em serviço entre as datas-bases do CRTTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTTP vigente;
- (iii) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases dos CRTTP – base incremental (item b);
- (iv) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTTP vigente; e
- (v) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M (ou IPCA para processos de RTP posteriores a dez/2015), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume os valores da Base de Remuneração Regulatória da Companhia, bem como destaca os valores da quota de reintegração e da remuneração de capital. Estes valores referem-se ao último processo de revisão tarifária periódica da Companhia (julho de 2019).

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.354.017
(2) Índice de Aproveitamento Integral	140.245
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.189.140
(4) Bens Totalmente Depreciados	7.171.017
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	15.853.615
(6) Depreciação Acumulada	16.445.188
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	9.908.828
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	46.814
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	9.862.015
(10) Almojarifado em Operação	27.507
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.934.331
(13) Terrenos e Servidões	618.607
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.573.798
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	61.996
(17) Taxa de Depreciação	3,84%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	608.779
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	0,73%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*19	1.045.332,40

c) Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI da última revisão tarifária, ocorrida em 2019:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.352.104
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	608.447
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162.253
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	581.405
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	68.500
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	33.125
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	145.339
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	246.964

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Revisão Tarifária de 2019

O Reajuste Tarifário Anual, que ocorre entre as Revisões Tarifárias Periódicas, é feito com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A) as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.568, de 02 de julho de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de revisão tarifária de 2019, correspondendo a um efeito médio de +7,03% percebido pelos consumidores a partir de 4 de julho de 2019.

e) Resumo da revisão tarifária periódica de 2019

A revisão tarifária de 2019 da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens que compõem a receita da concessionária, bem como a contribuição de cada um deles no processo de revisão tarifária e sua respectiva participação na receita:

Descrição	Data de Referência Anterior - DRA (R\$ mil)	Data do Reajuste em Processamento - DRP (R\$ mil)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	12.686.310	13.080.572	2,34%	69,80%
1.1. Encargos Setoriais	3.021.065	3.639.778	3,68%	19,42%
TFSEE	19.909	28.347	0,05%	0,15%
CDE	2.204.517	2.735.409	3,16%	14,60%
PROINFA	308.532	367.741	0,35%	1,96%
P&D (Eficiência Energética)	144.111	154.969	0,06%	0,83%
ONS	625	700	0,00%	0,00%
ESS/EER	343.371	352.612	0,05%	1,88%
1.2. Transmissão	2.147.023	1.767.106	-2,26%	9,43%
Rede Básica	1.286.472	1.133.098	-0,91%	6,05%
Rede Básica Fronteira	330.839	213.686	-0,70%	1,14%
Itaipu	415.357	323.692	-0,54%	1,73%
Conexão	104.080	84.485	-0,12%	0,45%
CUSD	9.424	11.348	0,01%	0,06%
Outros	850	797	0,00%	0,00%
1.3. Compra de Energia	7.518.222	7.673.687	0,92%	40,95%
2. PARCELA B	4.133.696	5.659.305	9,07%	30,20%
3. Reposicionamento	16.820.006	18.739.877	11,41%	100%
4. Componentes Financeiros		(304.590)	-1,81%	
5. Reposicionamento com		18.435.287	9,60%	
6. Financeiros Retirados do			-0,16%	
7. Efeito para Consumidor			9,44%	

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14.8) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 120.205 e R\$ 116.975 em 31 de dezembro de 2020 e 2019) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

32. Informações complementares

32.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	2021	2020
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	16.319	44.847
Compensações de PIS e COFINS	787.091	452.145
Doações de linhas e redes (Adição de ativo imobilizado)	10.528	9.091

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	165.402	159.985
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	25.999	3.153
Pagamento de juros	<u>191.401</u>	<u>163.138</u>

32.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 14.6 e 15.3. Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2021
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
60.834	930.960	241.000	97.459	(513.137)	(241.000)	576.116

Saldo inicial 31.12.2019	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2020
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
214.054	470.629	195.300	60.834	(720.754)	(195.300)	60.834

Em relação aos dos juros sobre o capital próprio, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 204.850 para o seu acionista controlador Enel Brasil e R\$ 36.150 em imposto de renda, sendo apresentado o saldo bruto no fluxo de caixa (atividades de financiamento).

33. Investimentos e gastos em meio ambiente

A Companhia manteve em 2021 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001 e os programas e práticas que evidenciam a sua responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o montante dos investimentos foi no valor de R\$ 111.950, sendo R\$ 68.829 registrados no resultado do exercício e R\$ 43.121, destinados a investimento ao ativo imobilizado. Foram realizados licenciamentos e compensações ambientais, plantios compensatórios e manutenções, gestão de resíduos perigosos, gestão de equipamentos com óleo, estudos de áreas impactadas, prevenção a poluição, compensação de emissões (créditos de carbono), medições de ruído, adequações de caixas separadoras, projetos de eficiência energética e treinamentos.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.933.812 em 2022, R\$ 9.322.447 em 2023, R\$ 8.930.218 em 2024, R\$ 8.590.346 em 2025 e R\$ 111.942.797 após 2026.

Estes contratos representam o volume e preço total homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

35. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do balanço patrimonial societário e regulatório

Ativo	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.112.302	-	1.112.302	2.095.811	-	2.095.811
Investimentos de curto prazo		2.968	-	2.968	38.940	-	38.940
Consumidores, concessionárias e permissionárias	35.7	3.151.591	141.927	3.293.518	2.375.690	245.683	2.621.373
Contas a receber - Acordos	35.7	363.224	124.505	487.729	414.990	101.887	516.877
Operações com instrumento derivativo		-	-	-	23.718	-	23.718
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		57.434	-	57.434	53.496	-	53.496
Outros tributos compensáveis		989.823	-	989.823	917.394	-	917.394
Almoxarifado operacional		24.319	-	24.319	29.481	-	29.481
Ativos financeiros setoriais	35.1	2.135.322	-	2.135.322	906.507	-	906.507
Despesas pagas antecipadamente		68.176	-	68.176	44.042	-	44.042
Serviços em curso		363.098	-	363.098	241.631	-	241.631
Outros ativos circulantes		577.756	(1.565)	576.191	260.292	(4.102)	256.190
Ativo não circulante							
Consumidores, concessionárias e permissionárias	35.7	24.079	(211)	23.868	24.079	(180)	23.899
Contas a receber - Acordos		16.918	-	16.918	12.155	-	12.155
Operações com instrumento derivativo		125.116	-	125.116	95.656	-	95.656
Outros tributos compensáveis		5.208.206	-	5.208.206	6.177.141	-	6.177.141
Depósitos judiciais e cauções		851.972	-	851.972	802.277	-	802.277
Tributos diferidos	35.2	5.048.566	(539.610)	4.508.956	4.963.502	(298.622)	4.664.880
Ativos financeiros setoriais	35.1	1.313.557	-	1.313.557	680.881	-	680.881
Investimentos - Bens e direitos para uso futuro	35.4.4	36.544	(1.608)	34.936	42.859	(1.609)	41.250
Outros ativos não circulantes	35.4.3	62.349	(329)	62.020	80.427	2	80.429
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		60	(60)	-	62	(62)	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)		-	1.050.779	1.050.779	-	545.741	545.741
Ativo financeiro da concessão	35.3	-	6.317.532	6.317.532	-	5.247.418	5.247.418
Imobilizado	35.4	11.339.388	(11.076.039)	263.349	10.818.156	(10.639.191)	178.965
Intangível	35.4	478.586	3.346.278	3.824.864	349.188	3.610.411	3.959.599
Total do ativo		33.351.354	(638.401)	32.712.953	31.448.375	(1.192.624)	30.255.751

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante							
Fornecedores		3.078.947	(4.278)	3.074.669	2.513.678	(7.971)	2.505.707
Empréstimos e financiamentos		44.048	-	44.048	1.238.230	-	1.238.230
Debêntures		761.480	-	761.480	722.624	-	722.624
Arrendamento financeiro		8.208	42.119	50.327	14.807	41.227	56.034
Subvenções governamentais		1.756	-	1.756	2.555	-	2.555
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	-	-	-
Outros tributos a pagar		608.834	-	608.834	516.114	-	516.114
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		576.116	-	576.116	60.834	-	60.834
Obrigações sociais e trabalhistas		118.882	-	118.882	117.246	-	117.246
Obrigações com benefícios pós-emprego		11.834	-	11.834	8.735	-	8.735
Contas a pagar – acordo Eletrobras		375.145	-	375.145	355.807	-	355.807
Provisão para processos judiciais e outros		186.090	-	186.090	168.917	-	168.917
Encargos setoriais		496.308	-	496.308	445.232	-	445.232
Passivos financeiros setoriais	35.1	1.179.784	-	1.179.784	1.032.194	-	1.032.194
Reserva de reversão		7.342	-	7.342	7.342	-	7.342
Operações com instrumento derivativo		40.459	-	40.459	3.000	-	3.000
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		814.140	-	814.140	781.381	-	781.381
Outros passivos circulantes		673.066	-	673.066	359.718	-	359.718
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		2.496.323	-	2.496.323	613.482	-	613.482
Debêntures		3.576.305	-	3.576.305	2.994.051	-	2.994.051
Arrendamento financeiro		13.820	215.915	229.735	21.679	132.261	153.940
Subvenções governamentais		904	-	904	2.660	-	2.660
Obrigações com benefícios pós-emprego		6.654.672	-	6.654.672	6.688.417	-	6.688.417
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	-	-	-
Contas a pagar – acordo Eletrobras		363.777	-	363.777	700.833	-	700.833
Provisão para processos judiciais e outros		894.545	-	894.545	762.056	-	762.056
Operações com instrumento derivativo		44.224	-	44.224	-	-	-
Encargos setoriais		102.319	-	102.319	27.561	-	27.561
Passivos financeiros setoriais	35.1	485.355	-	485.355	532.303	-	532.303
Reserva de reversão		29.371	-	29.371	36.714	-	36.714
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		6.326.144	-	6.326.144	6.529.143	-	6.529.143
Outros passivos não circulantes		110.689	6	110.695	133.882	1	133.883
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	35.5	1.939.637	(1.939.637)	-	1.937.852	(1.937.852)	-
Total do passivo		32.020.524	(1.685.875)	30.334.649	29.329.047	(1.772.334)	27.556.713
Total do passivo		32.020.524	(1.685.875)	30.334.649	29.329.047	(1.772.334)	27.556.713
Patrimônio líquido							
Capital social		3.079.525	-	3.079.525	3.079.525	-	3.079.525
Reservas de capital		2.268.430	-	2.268.430	2.268.430	-	2.268.430
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	5.4 e 35.1	926.985	(249.316)	677.669	1.071.871	(326.398)	745.473
Outros resultados abrangentes		(4.714.864)	-	(4.714.864)	(4.522.116)	-	(4.522.116)
Aumento de capital proposto		-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros:							
Reserva legal		196.766	-	196.766	196.766	-	196.766
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	-
Reserva especial para reforço de capital de giro		-	-	-	171.137	-	171.137
Lucros (Prejuízos) acumulados	2/35.3/35	(1.296.790)	1.296.790	-	(906.108)	906.108	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		870.778	-	870.778	759.823	-	759.823
Total do patrimônio líquido		1.330.830	1.047.474	2.378.304	2.119.328	579.710	2.699.038
Total do passivo e do patrimônio líquido		33.351.354	(638.401)	32.712.953	31.448.375	(1.192.624)	30.255.751

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação das demonstrações dos resultados societário e regulatório

Nota	2021				2020			
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Operações em continuidade								
Receita								
Fornecimento de energia elétrica	12.708.787	-	-	12.708.787	9.822.103	-	-	9.822.103
Energia elétrica de curto prazo	697.604	-	-	697.604	142.625	-	-	142.625
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	11.771.120	(63.545)	-	11.707.575	10.377.384	(53.243)	-	10.324.141
Ativos e passivos financeiros setoriais	35.1	1.913.858	-	2.238.318	849.867	-	253.972	1.103.839
Serviços cobráveis	-	35.950	-	35.950	15.502	-	-	15.502
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	518.445	(7.138)	511.307	490.934	-	(3.739)	487.195
Receita de construção	35.6	-	1.616.179	1.616.179	-	953.453	-	953.453
Atualização do ativo financeiro da concessão	35.3	-	544.056	544.055	-	223.111	-	223.111
Outras receitas	-	262.992	-	262.992	165.538	-	-	165.538
Tributos								
ICMS	(4.556.367)	-	-	(4.556.367)	(3.935.754)	-	-	(3.935.754)
PIS-PASEP	(380.142)	-	-	(380.142)	(308.015)	-	-	(308.015)
COFINS	(1.751.632)	-	-	(1.751.632)	(1.419.198)	-	-	(1.419.198)
ISS	(201)	-	-	(201)	(168)	-	-	(168)
Encargos - Parcela "A"								
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(31.552)	-	-	(31.552)	(71.118)	-	-	(71.118)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.457.099)	-	-	(2.457.099)	(2.239.565)	-	-	(2.239.565)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(31.552)	-	-	(31.552)	(71.118)	-	-	(71.118)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(24.127)	-	-	(24.127)	(19.429)	-	-	(19.429)
Outros encargos	11.297	-	(2.231.180)	(2.219.883)	(32.376)	-	(250.233)	(282.609)
Receita líquida	18.567.381	2.090.690	-	20.658.070	14.367.212	1.123.321	-	15.490.533
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"								
Energia elétrica comprada para revenda	(10.047.041)	-	-	(10.047.041)	(8.217.260)	-	-	(8.217.260)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(261.181)	-	-	(261.181)	(224.518)	-	-	(224.518)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(3.229.202)	-	-	(3.229.202)	(1.990.586)	-	-	(1.990.586)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.029.957	2.090.690	-	7.120.646	3.934.848	1.123.321	-	5.058.169

Nota	2021				2020			
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Custos gerenciáveis - Parcela "B"								
Pessoal e administradores	(670.265)	-	76.607	(593.658)	(668.835)	-	(19.976)	(688.811)
Entidade de previdência privada	(6.636)	-	-	(6.636)	445.749	-	-	445.749
Material	(58.927)	-	9.325	(49.602)	(83.940)	-	(819)	(84.759)
Serviços de terceiros	(324.016)	(3)	14.056	(309.963)	(608.804)	(495)	(27.856)	(637.155)
Arrendamento e aluguéis	(37.661)	57.240	-	19.579	(54.421)	60.173	(1.661)	4.091
Seguros	(5.085)	-	-	(5.085)	(7.673)	-	(14)	(7.687)
Doações, contribuições e subvenções	(8.985)	-	-	(8.985)	(8.524)	-	-	(8.524)
Custo de construção	-	(1.616.179)	-	(1.616.179)	-	(353.453)	-	(353.453)
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(594.135)	(78.638)	-	(672.773)	(470.023)	160.505	-	(309.518)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(57.490)	-	-	(57.490)	(81.506)	-	-	(81.506)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	(143.566)	232.441	(39.979)	(11.104)	(172.625)	144.205	50.388	21.969
(-) Recuperação de despesas	2.563	-	-	2.563	1.004	-	-	1.004
Tributos	(44.647)	-	(9)	(44.656)	(49.288)	-	(63)	(49.351)
Depreciação e amortização	(662.928)	(6.504)	-	(669.432)	(706.781)	29.545	-	(677.236)
Outros custos operacionais	(211.267)	169.667	-	(41.600)	(163.843)	155.926	-	(7.917)
RESULTADO DA ATIVIDADE	1.606.912	848.714	-	2.455.625	1.305.338	719.727	-	2.025.065
Receitas financeiras	35.1	737.117	(132.496)	575.668	458.180	(117.314)	(24.532)	316.334
Despesas financeiras	35.1	(1.453.670)	(7.466)	(28.953)	(1.432.183)	(10.035)	24.532	(328.163)
Variáveis cambiais, líquidas	-	2.578	-	2.578	(3.197)	-	-	(3.197)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS	892.937	708.752	(0)	1.601.688	817.661	592.378	-	1.410.039
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/IS/CS correntes	-	(116.359)	-	(116.359)	-	-	-	-
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/IS/CS diferidos	35.2	(102.909)	(240.987)	(343.896)	(227.828)	(201.395)	-	(429.223)
Resultado líquido das operações em continuidade	673.669	467.765	-	1.141.433	589.833	390.983	-	980.816
Lucro líquido do exercício	673.669	467.765	-	1.141.433	589.833	390.983	-	980.816

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Notas	2021	2020
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária		2.378.304	2.699.038
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória			
Reavaliação regulatória compulsória	35.4.1 e 35.5	1.404.524	1.624.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação regulatória	35.2	(477.539)	(552.177)
Reavaliação societária	35.4.1 e 35.5	(1.026.772)	(1.129.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação societária	35.2	349.102	384.031
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	35.3	9.053	127.044
Ajustes ICPC 01 - Efeito atualização do ativo financeiro da concessão	35.3	(1.713.817)	(1.169.727)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ICPC 01	35.2	579.620	354.503
Ajustes CPC 48 - Perda esperada crédito liquidação duvidosa	35.7	(264.651)	(343.290)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - CPC 48	35.2	89.982	116.719
Direito de uso do ativo (IFRS 16)	35.8	(249.183)	(152.419)
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	253.755	165.516
Imposto de renda e contribuição social diferidos IFRS 16	35.2	(1.554)	(4.453)
Patrimônio líquido regulatório		1.330.824	2.119.329

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	Nota	2021	2020
Lucro (Prejuízo) conforme contabilidade societária		1.141.433	980.816
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória			
Receita de construção	35.6	1.616.179	953.453
Custo de construção	35.6	(1.616.179)	(953.453)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	35.3	(544.055)	(223.111)
Baixas de ativos financeiros da concessão	35.3	28.618	13.384
Depreciação e amortização	35.4 e 35.5	(31.573)	(84.667)
Depreciação e amortização (IFRS 16)	35.8	38.077	55.122
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	35.4.3	(71.283)	(141.666)
Perda esperada crédito liquidação duvidosa (CPC 48)	35.7	78.639	(160.505)
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	(207.174)	(50.935)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	35.2	240.987	201.395
Lucro líquido regulatório		673.669	589.833

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

35.1 Ativos e passivos regulatórios (financeiros setoriais)

As diferenças patrimoniais são decorrentes meramente da forma de apresentação dos saldos nas demonstrações contábeis societárias, os quais a Companhia apresenta os saldos da conta "Ativos financeiros setoriais" líquidos do saldo da conta "Passivos financeiros setoriais". Conforme demonstrado no quadro abaixo, não existem diferenças quando se compara os saldos totais circulantes e não circulantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Regulatório		Societário	
	2021	2020	2021	2020
Circulante:				
Ativo financeiro setorial	2.135.322	906.507	2.135.322	906.507
Passivo financeiro setorial	(1.179.784)	(1.032.194)	(1.179.784)	(1.032.194)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	955.538	(125.687)	955.538	(125.687)
Não circulante:				
Ativo financeiro setorial	1.313.557	680.881	1.313.557	680.881
Passivo financeiro setorial	(485.355)	(532.303)	(485.355)	(532.303)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	828.202	148.578	828.202	148.578

A diferença na receita operacional líquida decorre da aplicação da orientação do Despacho ANEEL nº 4.356/2017, que basicamente determinou a forma de contabilização dos repasses à Conta ou da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias (CCRBT). A referida orientação determinou que os registros ocorram contra a conta de doação para o repasse recebido, encargos para o valor repassado pela Companhia e em conta de ativo/passivo setorial a diferença a ser ressarcida ao consumidor. Para as demonstrações contábeis societárias, os valores da CCRBT são registrados líquidos na conta de encargos. Dessa forma a diferença é somente entre rubricas, e não geram efeito na receita operacional.

Quanto as diferenças no resultado financeiro, também são decorrentes da forma de apresentação das demonstrações contábeis societárias, nas quais a Companhia apresenta de forma líquida a atualização monetária dos ativos financeiros e dos passivos financeiros setoriais, sendo uma receita ou despesa financeira.

35.2 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento (i) da reserva de reavaliação regulatória compulsória; (ii) da atualização do ativo financeiro da concessão, que é somente registrada na contabilidade societária; (iii) das diferenças nas bases de depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível e das obrigações especiais vinculadas à concessão; (iv) da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, decorrentes da adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros, o qual não foi adotado pela contabilidade regulatória; e (v) dos arrendamentos, decorrente do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que não foi adotado pela contabilidade regulatória.

35.3 Ativos financeiros da concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Companhia atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão. Com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Companhia passou a aplicar o IPCA como fator de atualização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.4 Imobilizado e intangível

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros, ativo contratual e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária.

Quando da adoção do ICPC 01 em 2010, a Companhia utilizou a Base de Remuneração Regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação ("método do valor residual") e o saldo do ativo financeiro.

Os ativos classificados como intangível nas demonstrações contábeis societárias representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor.

O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e as regulatórias.

O saldo de imobilizado da contabilidade societária refere-se aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os referidos saldos também são reconhecidos na contabilidade regulatória, exceto os impactos oriundos do IFRS 16 – CPC 06 (R2).

35.4.1 Reavaliação regulatória compulsória

A reavaliação regulatória compulsória foi determinada pela Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A reavaliação regulatória compulsória não é aplicada para a contabilidade societária, desta forma as diferenças são decorrentes da divergência de práticas contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

35.4.2 Depreciação e amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das diferenças das bases dos bens depreciados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

35.4.3 Investimentos - Bens e direitos para uso futuro

A diferença na rubrica de investimentos é originada pela desativação de bens destinados para uso futuro, e é decorrente dos mesmos fatores citados no item 35.4.3.

35.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

35.5.1. Reavaliação compulsória

Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01.

35.5.2. Amortização

As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.6. Receita e custo de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 Receita de contrato com cliente. As receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas, na contabilidade societária, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço.

Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada.

35.7. CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

O aumento das perdas esperadas, deve-se principalmente pela diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério utilizado e definido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O novo Pronunciamento estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

35.8. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.9. CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

Para fins de contabilidade regulatória, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não foi adotado, permanecendo os critérios definidos no CPC 06 (R1) | IAS 17.

36. Eventos subsequentes

36.1 Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 18 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do resultado do exercício de 2021, a qual segue: face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de, no montante total de R\$1.141.433.495,06 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e seis centavos), que: (a) acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 67.804.027,45 (sessenta e sete milhões, oitocentos e quatro mil, vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos); e (b) tendo em vista que o saldo da reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, perfaz um lucro líquido ajustado de R\$ 1.209.237.522,51 (um bilhão, duzentos e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos), que será destinado da seguinte forma:

a) o montante de R\$ 241.000.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões de reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27/10/2021, à título de juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2021 imputáveis ao dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 25, §2º e § 6º do Estatuto Social da Companhia;

b) o montante de R\$ 97.459.380,63 (noventa e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta reais, sessenta e três centavos), será declarado como dividendo obrigatório, conforme dispõe o artigo 25, § 2º do Estatuto Social da Companhia; e

c) após a dedução do dividendo obrigatório, o montante de R\$870.778.141,88 (oitocentos e setenta milhões, setecentos e setecentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) será declarado como dividendos complementares ao dividendo obrigatório.

Vale destacar que o registro do dividendo mínimo já estava contemplado nas demonstrações financeiras anuais do referido exercício por se tratar de uma obrigação. O registro da obrigação referente aos dividendos adicionais será realizado no mês de abril.

36.2 Operações de mútuo

A Companhia realizou operações de mútuo com a sua controladora Enel Brasil, conforme abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
Enel BR I	R\$ 101.160	05/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
Enel BR II	R\$ 121.367	10/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
Enel BR III	R\$ 80.841	31/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	julho de 2022	Reforço de capital de giro
Enel BR IV	R\$ 353.957	04/03/2022	CDI +1,20%	Bullet	Bullet	agosto de 2022	Reforço de capital de giro

36.3 Emissão de debêntures

Em 12 de abril de 2022 a Companhia fechou proposta para a 27ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 800.000, com desembolso para 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 100% NTN-B30 (a ser formada em 04/05/2022) + 0,6% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado em 05 de abril de 2022, um SWAP com troca de IPCA + 100% NTN-B30 (a ser formada em 04/05/2022) + 0,6% a.a para CDI + 0,82% a.a. O swap tem início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032. A emissão de debêntures foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2022.



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Os Diretores da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Mercado

Vago

Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor Jurídico

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção



TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

Concessionária: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Assinado por MAX XAVIER LINS

Max Xavier Lins
Diretor-Presidente

Assinado por RAFFAELE ENRICO GRANDI

Raffaele Enrico Grandi
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Assinado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS

Mara Ayesha Lopez Berrios
Responsável da Administração
CPF: 065.618.827-84

Alan dos Reis Santos
Contador
CRC 1SP244288

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.